

CULTIVO E PROCESSAMENTO DE LARANJA NO BRASIL

Diagnóstico das condições de trabalho e
persistência da informalidade no setor

ORGANIZADORES

Livia Mendes Moreira Miraglia e Carlos Henrique Borlido Haddad

AUTORES

André Rezende Soares Lino; Fernanda de Mendonça Melo;
Giovana Paula Ramos Silveira Leite

PESQUISADORAS

Amanda Bueno Fernandes; Clara Oliveira Kutova, Lorena Pimenta
e Shevah Ahavat

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
BAHIA	5
MINAS GERAIS	24
SERGIPE	33
SÃO PAULO	41
AUDITORES FISCAIS DO TRABALHO	47

INTRODUÇÃO

A cadeia produtiva da laranja ocupa posição estratégica na economia brasileira, especialmente no âmbito do agronegócio exportador. O Brasil consolidou-se como o maior produtor e exportador mundial de suco de laranja e responde por cerca de três quartos do comércio internacional, com destaque para o suco concentrado e congelado (FCOJ). Na safra 2022/2023, as exportações superaram 1 milhão de toneladas, gerando aproximadamente US\$2 bilhões em receita (Secex, 2023). Esse protagonismo é resultado de um processo histórico de transformação iniciado a partir da década de 1960, quando a produção, antes majoritariamente voltada à comercialização da fruta in natura, passou a se orientar para o processamento industrial, impulsionando a consolidação da agroindústria citrícola (Boechat, 2015).

O estado de São Paulo destaca-se como o principal polo da citricultura nacional, responsável por cerca de 77% da produção brasileira e por aproximadamente 98% do suco concentrado e congelado produzido no país (Canal Rural, 2023). A forte concentração territorial da produção e das plantas industriais no estado contribuiu para a formação de uma cadeia verticalizada, marcada pela presença de grandes empresas multinacionais e pela integração entre cultivo, processamento e exportação. Ao lado de São Paulo, estados como Minas Gerais, Paraná, Bahia e Sergipe também exercem papel relevante, seja pelo volume produzido, seja pelas especificidades sociais e estruturais da atividade.

Do ponto de vista econômico, a citricultura é expressiva geradora de empregos. Estima-se que o setor brasileiro em questão seja responsável pela geração de 400 mil empregos diretos ou indiretos (Barbosa e Gitahy, 2010). A etapa industrial, que envolve processos como lavagem, extração, pasteurização e transformação do suco em diferentes modalidades comerciais, agrega valor à produção e consolida o Brasil como ator dominante nas cadeias globais do suco de laranja, com mais de 95% do produto destinado à exportação (Bergamaschi, 2012).

INFORMALIDADE

A citricultura brasileira, ainda que represente por volta de 50% da produção do mundo de suco concentrado de laranja (CropLife 2023), enfrenta desafios significativos que revelam as contradições do modelo agroindustrial vigente. Segundo Boechat, esses problemas se dão tanto por fatores exógenos – o protecionismo europeu e norte-americano, a centralização do capital de engarrafadores e cadeias de supermercados, a incidência de pragas, a variação dos preços da commodity na Bolsa de Nova York etc – quando por fatores endógenos – a concentração de capital no elo industrial, a integração vertical

materializada nos pomares próprios das indústrias e no sistema de logística de transporte, a falta de eficiência de pequenos produtores, o alto custo de insumos agrícolas, a negligência aos tratamentos fitossanitários e a disseminação de pragas por pequenos produtores, a falta de organização política de citricultores e colhedores, a falta de interesse em promover o mercado interno e a negligência à legislação trabalhista.

A estrutura oligopolizada do agronegócio da citricultura limita a margem de negociação dos produtores e contribui para a exclusão de agricultores familiares da cadeia (Fernandes, 2010). Além disso, o processo de modernização da produção — com forte mecanização e uso intensivo de insumos — tem reduzido a demanda por mão de obra, deslocando trabalhadores rurais e aumentando sua vulnerabilidade (Boechat, 2017). A informalidade e as condições precárias de trabalho permanecem como pontos críticos, especialmente nas atividades de colheita e trato dos pomares, muitas vezes terceirizadas por meio de empreiteiros. A crise da citricultura, portanto, não pode ser entendida apenas pela variação nos preços internacionais ou pela incidência de pragas, mas também pelas relações assimétricas de poder e pela precarização do trabalho em toda a cadeia. Embora haja tentativas de reorganização produtiva por meio do cooperativismo, esses modelos ainda enfrentam barreiras diante da concentração de mercado e das exigências de competitividade (Zulian, Dorr E Almeida, 2013).

Nesse sentido, a relevância econômica do setor contrasta com profundas contradições sociais. A dinâmica produtiva, estruturada para atender às demandas do mercado externo, convive com formas precárias de contratação no campo. A colheita, frequentemente realizada de maneira sazonal, é marcada por vínculos temporários, remuneração por produção e intensa exigência física, fatores que estimulam jornadas extensas e dificultam o controle das condições de trabalho.

A informalidade, nesse contexto, torna-se um elemento central da organização laboral, funcionando como mecanismo de redução de custos e, ao mesmo tempo, como obstáculo à efetivação de direitos trabalhistas. Dados da Repórter Brasil mostram que “desde 2008 mais de 260 pessoas foram resgatadas de trabalho escravo em fazendas de laranja no Brasil. Destas, 67% estavam no chamado cinturão citrícola, região que abrange os estados de Minas Gerais e São Paulo, os maiores produtores da fruta no país” (Repórter Brasil, 2025).

Estima-se que 0,5% da população, ou seja, 1,053 milhões de pessoas no Brasil, vivem em condições análogas à escravidão, conforme relatório publicado em 2023 pela Fundação Walk Free, intitulado “The Global Slavery Index” (Walk Free Foundation, 2023, p. 90). Esses números refletem, em grande parte, a atuação de cadeias produtivas que mantêm práticas de contratação indireta, pulverização de responsabilidades e uso sistemático de atravessadores, o que dificulta o controle do Estado e favorece a

impunidade. O avanço da informalidade e da terceirização sucessiva, impulsionadas pela descentralização da produção, passou a ocultar as condições precárias de trabalho como jornadas exaustivas, moradias precárias, dívidas impostas e restrição da liberdade — elementos que configuram, nos termos do artigo 149 do Código Penal brasileiro, o trabalho análogo ao de escravo.

Dessa forma, mesmo quando são identificadas, empresas líderes na cadeia produtiva no Brasil envolvidas em situações que envolvem trabalho análogo à escravidão, responsabilizá-las continua sendo um desafio tanto no âmbito administrativo quanto no judiciário. Muitas vezes, essas empresas alegam desconhecimento das práticas adotadas por seus fornecedores e prestadores de serviço, o que dificulta a comprovação da culpa e enfraquece a responsabilização. A ausência de vínculos formais de trabalho, somada à fragilidade da fiscalização e à limitação estrutural dos órgãos competentes, impede a identificação de violações e contribui para a impunidade. Sem documentos como contratos ou registros de jornada, as condições de trabalho permanecem encobertas, dificultando a ação do Estado e abrindo espaço para a perpetuação de relações laborais marcadas pela exploração e pela negação de direitos básicos.

Assim, não são raros os casos de trabalho análogo à escravidão identificados em fiscalizações oficiais em cadeias longas e verticalizadas, nas quais grandes indústrias concentram poder econômico e contratual. Observa-se um distanciamento entre os elevados lucros obtidos com a exportação e as condições enfrentadas pelos trabalhadores situados na base da produção

Nesse sentido, Fernanda de Mendonça Melo (Melo, 2024) argumenta que a fragmentação das cadeias produtivas não é um fenômeno acidental, mas uma estratégia inerente à reestruturação do capital que permite às grandes empresas operarem de forma pulverizada para diluir responsabilidades. Segundo a autora, a identificação das violações torna-se complexa pois "os processos de terceirização fazem com que a cadeia produtiva seja formada a partir de contratos e de subcontratos, tornando a produção pulverizada" (Melo, 2024, p. 23), o que acaba por gerar "encadeamentos extensos com muitos fornecedores que, por vezes, operam às margens da lei" (Melo, 2024, p.24). Nesse cenário, as empresas que ocupam o topo da pirâmide econômica frequentemente se beneficiam da precarização extrema, pois "alegam desconhecimento das práticas de seus fornecedores e se utilizam da permissão legal de terceirização irrestrita para se esquivarem da responsabilidade trabalhista" (Melo, 2024, p.24).

Ademais, Melo argumenta que a utilização de mão de obra em condições degradantes deixa de ser uma falha pontual para se tornar um mecanismo de competitividade desleal no mercado globalizado, caracterizando o chamado *dumping social*. Em sua análise, ela afirma de maneira contundente que:

A submissão de trabalhadores às condições análogas à escravidão passou a ser uma ferramenta estratégica utilizada por empresas para otimizar seus processos de produção, fragmentando-os para sua expansão. Ela é intencionalmente aplicada em regiões menos favorecidas economicamente e por empresas com menor poderio econômico como forma de ganhar vantagem, já que, sem a prática de utilização de trabalhador escravizado, não teriam a mesma capacidade de competir em uma economia globalizada. Em outras palavras, empregadores recorrem a essa estratégia para alcançar competitividade de maneira desleal no mercado, caracterizando uma forma de dumping social. (Melo, 2024, p. 61).

Paralelamente, mecanismos coletivos de organização produtiva, como cooperativas e associações privadas, surgem como alternativas de fortalecimento dos pequenos produtores, permitindo acesso a crédito, insumos e melhores condições de negociação. Ao reduzirem a dependência de atravessadores, essas estruturas podem contribuir para maior estabilidade econômica no campo. Todavia, tais iniciativas não eliminam as vulnerabilidades laborais presentes na etapa da colheita, especialmente quando persistem relações informais e terceirizações.

Registrou-se a criação de 54.232 postos de trabalho em 2023 na citricultura, um crescimento de 8% em relação ao ano anterior. Esse volume de contratações é altamente representativo, correspondendo a 35% de todas as novas admissões nos serviços de apoio à agricultura no Brasil no mesmo período (Citrus BR, 2024). A distribuição geográfica dessas ocupações revela a hegemonia do cinturão citrícola composto por São Paulo e Minas Gerais, que concentrou 87% das vagas geradas no setor em 2023, totalizando 47.222 postos. Individualmente, São Paulo liderou com 41.357 registros, enquanto Minas Gerais apresentou um avanço expressivo de 41% na geração de novas vagas. O estado do Paraná também se destacou com um crescimento de 13% na criação de empregos (Citrus BR, 2024), evidenciando que, apesar de desafios como pragas e variações climáticas ((Zulian, Dorr E Almeida, 2013), a cadeia produtiva da laranja sustenta centenas de milhares de postos diretos e indiretos, fundamentais para a dinâmica econômica nacional.

Diante desse cenário, a informalidade do trabalho na cadeia produtiva da laranja revela-se não como fenômeno periférico, mas como elemento estrutural que atravessa diferentes elos da produção. A contratação “por demanda”, típica das safras, tende a camuflar dados oficiais e a dificultar o diagnóstico preciso das condições reais de trabalho, o que reforça a relevância do presente estudo. Assim, este relatório propõe-se a analisar criticamente a informalidade na cadeia citrícola brasileira, investigando suas causas, manifestações e impactos, bem como os desafios enfrentados para a promoção de condições laborais dignas em um dos setores mais lucrativos e internacionalizados do agronegócio nacional.

METODOLOGIA

A presente pesquisa adotou abordagem mista, combinando métodos quantitativos, voltados ao teste de hipóteses e à obtenção de generalizações, e qualitativos, com ênfase na compreensão dos fenômenos a partir da perspectiva dos participantes. Tal combinação visou a assegurar diagnóstico mais preciso dos fatores relacionados à informalidade na cadeia produtiva da laranja. O estudo teve como objetivos compreender os impactos da informalidade na vida dos trabalhadores e nas relações com os empregadores, mapear os níveis de informalidade e identificar fatores que dificultam ou impedem a formalização do trabalho rural nesse segmento.

Inicialmente, foi realizada pesquisa teórica para mapear a produção científica existente sobre o tema e as políticas públicas empregadas no setor, especialmente no combate à informalidade. A partir dessa compreensão, formularam-se questionários com perguntas objetivas, organizadas em eixos temáticos relacionados ao perfil dos trabalhadores, formas de contratação, jornada e formas de pagamento, condições de trabalho, relações com empregadores, participação sindical e percepção acerca da informalidade no setor.

Posteriormente, o eixo central do estudo consistiu na pesquisa de campo, com a aplicação dos questionários específicos como principal instrumento de coleta de dados sobre a cadeia produtiva do suco de laranja, mediante entrevistas presenciais e *in loco*. As entrevistas com os trabalhadores ocorreram, preferencialmente, de forma presencial, por meio de grupos focais realizados em espaços disponibilizados por sindicatos, com duração média aproximada de 1h30min por encontro. A organização dos grupos foi viabilizada mediante contato prévio com os sindicatos locais, responsáveis por auxiliar tanto na convocação dos participantes quanto no agendamento das entrevistas.

Ao todo, foram entrevistados mais de 250 agentes da cadeia produtiva, distribuídos em 13 municípios, entre os meses de agosto de 2025 e março de 2026. Dentre os participantes, aproximadamente 160 trabalhadores foram entrevistados na Bahia, 52 em Sergipe, 18 em São Paulo e 10 em Minas Gerais. Os grupos focais contaram, em média, com equipes compostas por três pesquisadores em cada atividade. Além das entrevistas presenciais, também foram realizadas seis entrevistas telepresenciais com atores institucionais e agentes estratégicos da cadeia produtiva, especialmente os auditores-fiscais do trabalho.

Ressalta-se, contudo, que nem todos os participantes se enquadravam integralmente no escopo delimitado pela pesquisa, uma vez que foram encontradas

dificuldades relevantes para alcançar trabalhadores em situação de informalidade, justamente em razão da maior vulnerabilidade e invisibilidade desse grupo. A pesquisa não se restringiu a uma única categoria de atores, contemplando a pluralidade de envolvidos na cadeia produtiva, como produtores, trabalhadores e auditores-fiscais do trabalho.

RESULTADOS GERAIS E ESPECIFICIDADES

A citricultura brasileira, como dito anteriormente, ocupa posição de destaque no cenário global, sendo o país o maior produtor e exportador de suco de laranja do mundo, especialmente do suco concentrado e congelado (FCOJ). Contudo, essa relevância econômica contrasta com a precariedade das relações de trabalho no campo. A análise dos polos produtivos em São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Sergipe e Paraná demonstrou que a informalidade não se apresenta como fenômeno periférico, mas como elemento estrutural da organização produtiva.

Os principais achados revelam uma cadeia produtiva marcada pela intermediação de mão de obra, exposição a riscos ocupacionais e infraestrutura frequentemente inadequada. Enquanto grandes empresas exportadoras tendem a apresentar maiores níveis de formalização e certificação, a base produtiva, composta por pequenos e médios produtores, opera sob intensa pressão das processadoras industriais, o que contribui para a manutenção de condições laborais precárias. Em situações extremas, identificaram-se contextos que se aproximam do trabalho em condições análogas à escravidão.

A pesquisa evidenciou que a informalidade funciona como mecanismo de redução de custos, ao mesmo tempo em que dificulta a fiscalização estatal e a efetivação de direitos trabalhistas. Nesse contexto, destaca-se a figura do intermediário, conhecido regionalmente como “turmeiro”, “gato” ou “cabo de turma”, responsável pelo recrutamento dos trabalhadores, organização das equipes, transporte e, em muitos casos, distribuição dos pagamentos. Essa intermediação cria distanciamento entre empregador e trabalhador, contribuindo para a diluição de responsabilidades jurídicas.

Entre os fatores que sustentam a informalidade, observou-se o receio, por parte dos trabalhadores, de perder benefícios sociais, como aposentadoria rural ou programas de transferência de renda, além da percepção de que os descontos previdenciários tornam o vínculo formal menos vantajoso no curto prazo. Também influenciam a sazonalidade das safras, a alta mobilidade da mão de obra entre propriedades e a alegada incapacidade financeira de pequenos produtores para suportar encargos trabalhistas diante das margens reduzidas impostas pelas indústrias processadoras.

Os dados regionais revelaram diferenças relevantes.

Na Bahia, identificou-se população trabalhadora mais envelhecida, baixa escolaridade e vínculos predominantemente informais, em condições marcadas pela ausência de água potável, banheiros e sombra.

Em Minas Gerais, observou-se perfil mais jovem, com presença de migrantes nordestinos e maior incidência de vínculos formais em grandes fazendas exportadoras, embora persistam problemas como alojamentos precários, calor excessivo e intenso esforço físico.

No Paraná, verificou-se maior nível de escolaridade em comparação com os demais estados pesquisados, mas ainda com incidência de relações informais e carência de estrutura mínima de trabalho.

Em São Paulo, os grupos pesquisados apresentaram informalidade integral, sem registro em carteira e forte presença de turmeiros. A remuneração combinava diária e produção, e as condições variavam entre propriedades minimamente estruturadas e outras marcadas por precariedade extrema.

Em Sergipe, predominavam trabalhadores com baixa escolaridade, vínculos majoritariamente informais e condições especialmente graves, como alimentação deteriorada pelo calor, ausência de instalações sanitárias e aquisição de equipamentos de proteção às custas do próprio trabalhador.

Estado	Perfil do Trabalhador	Tipo de Vínculo (Formal/Informal)	Modalidade e de Remuneração	Condições de Saúde e Segurança	Recebimento de Benefícios do Governo	Dificuldades e Riscos Relatados
Bahia	Média de 49,8 anos, população madura, baixa escolaridade (muitos com fundamental incompleto ou analfabetismo funcional).	Predominantemente informal, baseado em redes de indicação familiar e comunitária; uso pontual de MEI.	Por produção (ex: R\$30 por caixa), diária (R\$70 a R\$120) ou salário mensal (próximo ao mínimo).	Precárias: falta de água potável, ausência de banheiros e sombra, uso irregular de EPIs e exposição a agrotóxicos.	Bolsa Família, PRONAF (desconto de 25% em crédito rural), PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNHRA.	Envelhecimento da força de trabalho, falta de sucessão familiar, acidentes com ferramentas e quedas de escada.
Minas Gerais	Trabalhadores jovens (média de 25 anos), muitos migrantes do Nordeste; presença minoritária de mulheres.	Predominantemente formalizado através de empresas terceirizadas em grandes fazendas exportadoras.	Parte fixa (média R\$751,00 mensais) somada a adicional por produção (R\$1,00 a R\$2,25 por caixa).	Melhor infraestrutura de EPIs e fiscalização, porém alojamentos superlotados e quentes; falta de local para aquecer refeições.	Relatado que trabalhadores não recebem auxílio governamental significativo (foco na remuneração)	Esforço físico intenso (bags de 27kg), longos deslocamentos e quedas de escadas.

					formal).	
Paraná	Predomínio feminino, nível de instrução mais alto (ensino médio completo), média de 7,5 anos de atuação.	Predominante mente informal através de "gatos" ou indicações; multiplicidade de vínculos simultâneos.	Exclusivam ente por produção (unidade de caixa ou bag), variando conforme a qualidade da fruta.	Precárias: ausência de fornecimento de EPIs e água pelos empregadores; refeições sob as árvores.	Programa Bolsa Família citado por alguns participantes .	Altos índices de acidentes (quedas de escadas quebradas), lesões na coluna e no ombro; resistência patronal à formalização .
São Paulo	Maioria homens (54,5%), média de 43 anos, baixo nível educacional (mais da metade até 5ª série).	Totalmente informal nos grupos pesquisados, mediado por turmeiros; sem registro em carteira.	Combinaçã o de diária (R \$120) e produção (R\$60 por bag) ou exclusivam ente por produção (R\$3,00 por caixa).	Díspar: alguns com EPIs e água, outros em precariedade total sem acesso a banheiros; refeições no local da colheita.	Uso frequente do seguro-dese mprego (de vínculos anteriores) para complement ar a renda da informalidad e.	Descontos governament ais vistos como barreira à formalização ; alta mobilidade entre propriedades (sazonalidad e).
Sergipe	Média de 43,9 anos, baixo nível de escolaridade (65% fundamental incompleto), perfil operacional (catadores).	Majoritariame nte informal, articulado pela figura do turmeiro ("cabo de turma").	Por produtivida de diária (R\$2,00 a R\$4,00 por caixa).	Extremamen te precárias: alimentação "azedada" sob o sol, necessidade s feitas no mato, EPIs comprados pelo próprio trabalhador.	Programa Mão Amiga da Laranja (4 parcelas de R\$250,00 na entressafra).	Transporte perigoso em "chacais", picadas de insetos/cobr as e resistência à formalização por medo de perder aposentadori a.

No campo da saúde e segurança, a colheita da laranja revelou intensa exigência de força física e exposição constante a riscos. Persistem práticas como a da “bóia-fria”¹, com refeições consumidas sob o sol, hidratação insuficiente e inexistência de sanitários adequados. Foram recorrentes os relatos de quedas de escadas, lesões musculares, picadas de animais peçonhentos e perfurações causadas por galhos. Nas relações não formalizadas, a assistência após acidentes mostrou-se praticamente inexistente. Também houve relatos de exposição indevida a agrotóxicos, com impactos na saúde dos trabalhadores e nas comunidades vizinhas.

Sob a perspectiva dos produtores, especialmente pequenos e médios, constatou-se forte dependência das grandes processadoras, que impõem prazos curtos e volumes

¹ Trabalhador rural braçal que exerce atividades temporárias, geralmente ligadas à colheita agrícola, em condições marcadas pela informalidade. A expressão faz referência às refeições levadas pelos trabalhadores e consumidas frias durante o expediente.

emergenciais de entrega. O descumprimento dessas exigências pode gerar perdas significativas, inclusive com frutos apodrecendo nos pomares. Outro desafio recorrente foi a escassez de mão de obra, decorrente da dureza do trabalho e do desinteresse das novas gerações pela atividade rural.

Por fim, certificações privadas, como Global G.A.P. e SAI, foram consideradas potencialmente benéficas, porém excessivamente onerosas e burocráticas para grande parte dos pequenos produtores, que frequentemente não dispõem de assistência técnica contínua.

1. BAHIA

1.1. PESQUISA DE CAMPO ITAGIMIRIM E EUNÁPOLIS



Fotos da visita a Itagimirim. 22/08/2025

a) Trabalhadores rurais

O levantamento a seguir exposto foi realizado a partir da escuta direta de 160 trabalhadores rurais residentes no estado da Bahia. Foram realizados grupos focais conduzidos junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itagimirim e ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Eunápolis. A escolha e a divisão dos participantes foram viabilizadas pela articulação direta com essas entidades sindicais, que convocaram trabalhadores vinculados a atividades agrícolas diversas no sul baiano, incluindo o setor florestal e pequenas propriedades locais. A metodologia baseou-se na aplicação de

formulários de entrevista seguindo um roteiro estruturado padronizado, o mesmo modelo aplicado nos demais estados da pesquisa para assegurar a comparabilidade dos dados. Cada sessão de grupo focal teve uma duração média estimada entre 1,5 e 2 horas. A seguir, sintetizam-se os principais achados.

Importa registrar que o perfil dos trabalhadores encontrados nos grupos focais de Itagimirim e Eunápolis não corresponde exatamente ao público originalmente delimitado como foco da pesquisa. Embora o levantamento tenha reunido 160 trabalhadores rurais, a maior parte deles estava vinculada a atividades agrícolas diversas, incluindo o setor florestal e pequenas propriedades locais, e não necessariamente à colheita da laranja em moldes comparáveis à dinâmica da cadeia citrícola mais ampla, caracterizada por fluxos migratórios intensos, presença de turmeiros, sazonalidade marcada e maior incidência de vínculos informais.

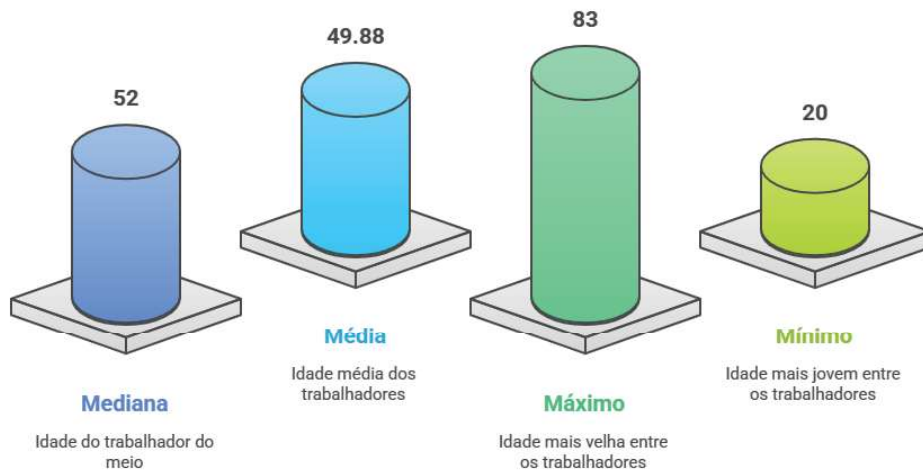
Em razão dessa composição específica da amostra, os achados refletem de forma mais fiel as condições gerais do trabalho rural na região do extremo sul da Bahia do que o perfil típico do trabalhador itinerante e predominantemente informal que costuma atuar nas frentes de colheita da laranja em outros polos da cadeia produtiva.

Inserção e perfil dos trabalhadores

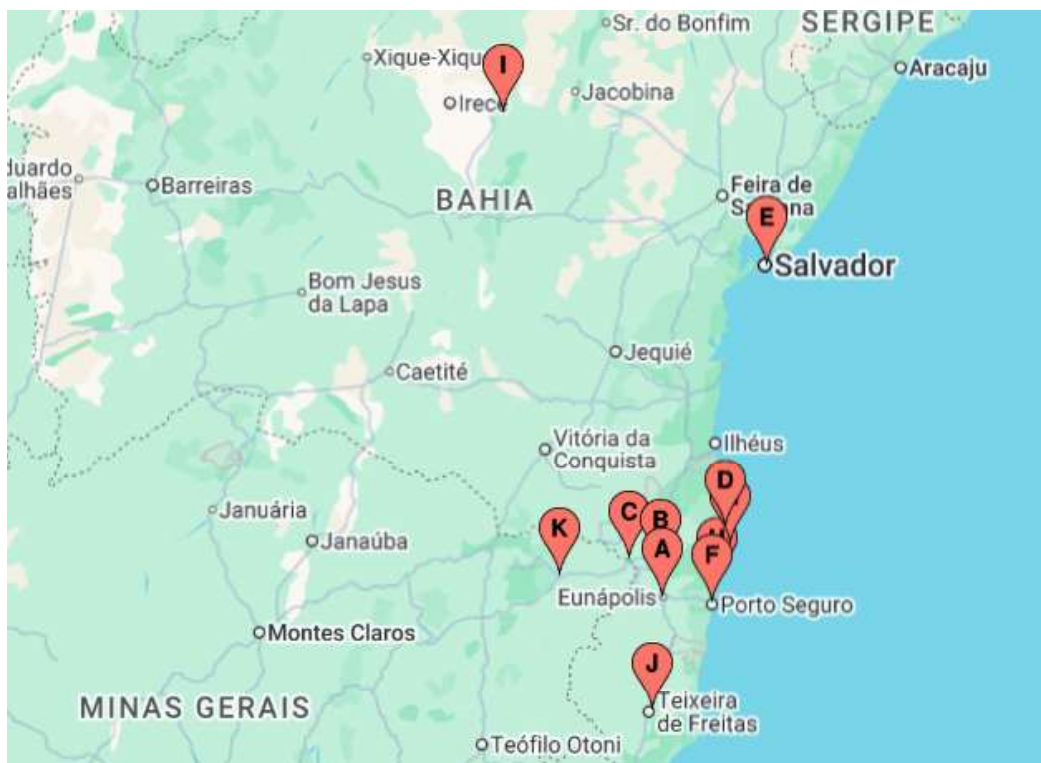
De modo geral, os dados levantados revelam um quadro marcado pelo envelhecimento da força de trabalho, pela forte vinculação territorial e por desigualdades persistentes no acesso a direitos básicos, como educação e condições adequadas de trabalho, conforme exposto adiante.

A idade média dos trabalhadores entrevistados foi de 49,8 anos, com mediana de 52 anos, evidenciando a predominância de uma população madura no setor. A presença de trabalhadores mais jovens é limitada. Nesse sentido, o menor registro foi de 20 anos, fato que contrasta com a elevada faixa etária observada em parte dos entrevistados, chegando a 83 anos. Esse perfil etário reflete tanto a permanência de trabalhadores de longa trajetória no campo quanto o reduzido interesse das gerações mais novas pelo trabalho agrícola.

Distribuição de Idade dos Trabalhadores



Do ponto de vista da origem geográfica, observa-se forte concentração regional. Eunápolis aparece como o principal polo de procedência, seguida de Itagimirim. Municípios como Salto da Divisa, Belmonte, Porto Seguro, Cabrália e Canavieiras, bem como localidades de Minas Gerais (Omenara e Mata Verde), também figuram, ainda que de forma residual. Esse padrão indica que a produção rural mobiliza trabalhadores majoritariamente locais ou de áreas próximas, com menor presença de fluxos migratórios de longa distância.



Em relação às ocupações, a maioria se identifica como “trabalhador rural” ou com atividades relacionadas à “roça”, reforçando a centralidade da agricultura familiar e da força de trabalho braçal no setor. Contudo, há também presença expressiva de trabalhadores ligados ao segmento florestal e ao manejo de máquinas, sobretudo em Eunápolis, onde a atuação de grandes empresas como a Veracel diversifica o perfil ocupacional.

No que se refere à escolaridade, os dados revelam ampla heterogeneidade. Embora 23 trabalhadores tenham completado o Ensino Médio, parcela significativa permaneceu nas séries iniciais do fundamental, enquanto outros interromperam os estudos antes de concluí-lo. Quatro pessoas afirmaram nunca ter frequentado a escola e apenas três alcançaram nível superior (incluindo duas pós-graduações). Essa disparidade educacional reflete desigualdades históricas de acesso e também se traduz em distintos níveis de letramento: enquanto grupos de Eunápolis registraram alta alfabetização, em Itagimirim foi identificada a persistência de casos de analfabetismo funcional e, até mesmo, de não alfabetização.

A composição familiar mostra um peso importante da dependência econômica: a maioria dos trabalhadores sustenta entre um e quatro filhos, mas há registros de famílias numerosas com até oito dependentes. Esse dado, associado ao baixo nível de escolaridade e às restrições de formalização no setor, ajuda a compreender a vulnerabilidade socioeconômica dos trabalhadores.

Outro aspecto relevante é o tempo médio de atuação na agricultura. Apenas no grupo de Itagimirim, por exemplo, a média registrada foi de 34,4 anos, indicando a longevidade da inserção produtiva e a reprodução intergeracional da atividade. Muitos trabalhadores relataram que começaram ainda na infância, reforçando a centralidade do trabalho infantil, portanto precoce, na trajetória das famílias rurais.

Apesar do cenário de vulnerabilidade, parte significativa dos entrevistados relatou acesso à internet, ainda que majoritariamente pelo celular. Esse dado revela a penetração de tecnologias digitais, que podem se tornar ferramenta estratégica para ampliar acesso à informação, à cidadania e a oportunidades de formalização. Contudo, observou-se durante a aplicação do questionário que uma das participantes jogava jogos de azar no celular, o que é um problema atual no Brasil e que pode refletir no trabalho e na saúde mental no meio agrícola.

Em síntese, o perfil dos trabalhadores entrevistados na Bahia combina envelhecimento da força de trabalho, baixa escolaridade, centralidade da agricultura familiar e persistência de vínculos precários, com sinais de mudança trazidos pela inserção tecnológica e pela diversificação ocupacional em polos específicos. Esse contexto demanda políticas públicas capazes de articular a) inclusão educacional; b) valorização da juventude

rural; e c) garantia de direitos trabalhistas, de modo a reduzir a vulnerabilidade e assegurar condições dignas no setor.

Organização da produção e jornada

Os dados coletados revelam que os mecanismos de inserção no trabalho da cadeia da laranja na Bahia se estruturam, majoritariamente, a partir de redes informais de indicação e de vínculos familiares, com baixa incidência de processos formais de contratação. Essa realidade reforça a dependência de relações pessoais e comunitárias, ao mesmo tempo em que evidencia fragilidades quanto à garantia de direitos trabalhistas.

A indicação desponta como o método dominante de acesso ao emprego, tanto nos grupos de Eunápolis, quanto de Itagimirim. Nesse modelo, o trabalhador é recrutado a partir da recomendação de conhecidos, parentes ou vizinhos, o que cria dinâmicas de confiança, mas também limita a autonomia dos indivíduos frente ao empregador. Já em contextos de forte tradição familiar no campo, foi relatado que a entrada no trabalho é descrita como quase hereditária: muitos trabalhadores “nasceram na roça” e sempre exerceram atividades agrícolas em conjunto com suas famílias, sem a mediação de intermediários ou contratações formais.

A contratação direta pelas fazendas convive com modalidades híbridas, nas quais a intermediação comunitária exerce papel central. Embora não haja registro sistemático de “gatos” ou intermediários formais, o peso das redes locais de sociabilidade cumpre função semelhante, ao canalizar trabalhadores para as frentes produtivas. Em grupos mais vinculados ao setor florestal, como Eunápolis, há maior formalização no processo de entrada, refletindo a presença de grandes empresas.

Outro dado relevante refere-se ao uso da categoria de Microempreendedor Individual (MEI)². Em Itagimirim, três pessoas declararam possuir registro de MEI, ainda que nem sempre vinculado à atividade agrícola, e duas o utilizam para trabalhos na cidade. Esse fenômeno aponta para estratégias de formalização parcial, voltadas mais à ampliação de alternativas de renda do que à regulação das relações de trabalho no campo.

A experiência com contratos formais assinados é minoritária. Apenas cinco trabalhadores relataram ter atuado em fazendas de laranja com registro em carteira, sem

² No Brasil, a categoria de Microempreendedor Individual (MEI) foi criada pela Lei Complementar nº 128/2008, permitindo a formalização simplificada de pequenos empreendedores e trabalhadores autônomos mediante contribuição tributária reduzida e inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ). Trata-se, contudo, de um regime voltado ao empreendedorismo individual e não à formalização de relações de emprego. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT, Decreto-Lei nº 5.452/1943), vínculos de trabalho rural devem observar a legislação específica, isto é, a Lei nº 5.889/1973, não podendo ser substituídos por cadastro como MEI. Assim, quando trabalhadores rurais recorrem ao MEI, isso reflete estratégias de geração de renda, mas não configura formalização trabalhista no setor agrícola.

detalhar, contudo, se as condições combinadas foram cumpridas. Esse dado sugere que, mesmo quando a formalização ocorre, ela não elimina a insegurança contratual.

O recrutamento no setor da laranja na Bahia permanece fortemente marcado pela tradição familiar e predominância da informalidade. A indicação e os vínculos familiares configuram as principais portas de entrada, enquanto o MEI e os contratos assinados representam exceções pontuais. Esse cenário revela um mercado de trabalho que combina herança histórica (com inserções intergeracionais no campo) e adaptações recentes, ainda incipientes, que não chegam a assegurar proteção plena aos trabalhadores. Trata-se de um ponto crítico para a formulação de políticas públicas e ações sindicais, que devem enfrentar tanto a informalidade estrutural quanto a naturalização da ausência de contratos formais no setor.

A análise das condições de jornada, remuneração e benefícios entre os trabalhadores da laranja na Bahia revela um cenário heterogêneo, em que diferentes arranjos convivem, oscilando entre formas de pagamento por produção, por diária e por salário mensal. Essa diversidade reflete tanto as especificidades regionais quanto o grau de formalização dos vínculos de trabalho.

A jornada de trabalho apresenta padrão concentrado no horário de 7h às 17h, com intervalo para almoço de aproximadamente 1h30. Essa rotina aparece de forma consistente entre os trabalhadores ouvidos em Itagimirim, ainda que com variações quando o pagamento é realizado por diária, encerrando-se às 16h. No grupo dos trabalhadores ouvidos em Eunápolis, ligado ao setor florestal, observa-se maior diversidade de escalas (6x1, 5x2, 4x4, entre outras), o que denota um grau de organização mais próximo ao setor formal. Alguns trabalhadores de Itagimirim relataram que a jornada segue o padrão clássico de 7h às 12h e 13h às 16h, com referência explícita ao modelo de “bóia-fria”.

Horários de Trabalho e Variações Regionais



Made with Napkin

Em relação ao pagamento, predominam três modalidades principais: por produção, por diária e por mês. Entre os trabalhadores de Eunápolis, a forma mais comum de remuneração relatada foi a diária, calculada a partir da produção realizada pelo trabalhador, sendo mencionada média de R\$30 por dia, valor que pode variar conforme a qualidade do fruto. Já em Itagimirim, foi mencionado o valor de R\$30 por caixa, enquanto a média salarial diária varia entre R\$70 e R\$120, a depender do grupo.

Em outro grupo focal, a remuneração oscilou entre R\$70 e R\$100 por dia, reforçando a precariedade das condições frente à intensidade do trabalho. Em contraste, outros entrevistados relataram receber como mensalistas, com salários em torno do mínimo, cumprindo jornada fixa das 7h às 16h e uma hora de intervalo para almoço, evidenciando maior previsibilidade, ainda que em patamar reduzido.

No que diz respeito à frequência de pagamento, também há variação: mensalidade é mais comum em Eunápolis e em parte de Itagimirim; já a quinzena é prática recorrente, refletindo a sazonalidade do trabalho e a necessidade de liquidez imediata por parte dos trabalhadores.



Os benefícios complementares se mostraram escassos. Em Eunápolis, um trabalhador relatou acesso a plano odontológico e outros mencionaram recebimento de benefícios de forma não quantificada. Além disso, apenas uma trabalhadora informou receber vale-alimentação no valor de R\$300. Nas demais localidades, a prática mais comum é a ausência de benefícios formais, com exceção de casos isolados. O acesso a programas sociais do governo, como o Bolsa Família (6 registros) e aposentadorias (4 registros), aparece como mecanismo fundamental para complementar a renda e reduzir a vulnerabilidade.

Além disso, quando questionados sobre a possibilidade de deixar o trabalho, muitos trabalhadores relataram já ter cogitado desistir devido às más condições. Em grupos focais de Itagimirim, entrevistados disseram ter saído de frentes de trabalho por causa da falta de água, do sol intenso e da dureza da atividade, mas voltaram diante da ausência de alternativas de renda. Em contraste, em outro grupo focal, alguns trabalhadores afirmaram buscar outras ocupações, como pedreiro ou serviços urbanos, avaliando que, embora a roça pudesse oferecer ganho imediato maior, as condições de trabalho não eram sustentáveis no longo prazo.

Em síntese, o conjunto dos dados evidencia que a remuneração no setor da laranja no estado da Bahia permanece instável, de baixa previsibilidade e frequentemente atrelada ao rendimento físico diário do trabalhador. A ausência sistemática de benefícios e a dependência de auxílios governamentais reforçam a condição de vulnerabilidade social, enquanto a diversidade de escalas e formas de pagamento aponta para a fragmentação e a heterogeneidade das relações de trabalho no setor. O quadro confirma a predominância da

informalidade, somada à precarização do rendimento, o que impacta diretamente a segurança econômica e social dos trabalhadores rurais.

Saúde, segurança e fiscalização

As respostas obtidas a partir das entrevistas realizadas permitem reconstruir, de forma bastante detalhada, a realidade cotidiana dos trabalhadores da laranja na Bahia. O conjunto de informações revela precariedades estruturais e desigualdades marcantes no acesso a direitos básicos de saúde, segurança e dignidade no ambiente laboral, com diferenças significativas entre localidades e grupos de entrevistados.

O fornecimento de água potável é um dos pontos mais críticos. Em Eunápolis, trabalhadores vinculados ao setor florestal relataram a existência de bebedouros e banheiros organizados, ainda que alguns tenham afirmado que o acesso depende da proximidade com as áreas de vivência. Já em Itagimirim, as respostas variaram: em um dos grupos focais, apenas duas em cada dez fazendas garantem água potável, obrigando os trabalhadores a levar garrafas próprias, muitas vezes expostas ao sol e impróprias para consumo prolongado. Em outro grupo, a situação se repete: a água não é oferecida pelo empregador, ficando sob responsabilidade do trabalhador. Por fim, no terceiro, a precariedade se mostrou mais acentuada: nenhum entrevistado relatou fornecimento regular de água potável e não há locais apropriados para esquentar ou armazenar a refeição, caracterizando a prática de “bóia-fria”.

Em praticamente todos os grupos de Itagimirim, os trabalhadores relataram ausência de sombra estruturada. As refeições são feitas “no mato” ou debaixo de árvores quando disponíveis, sem espaço adequado para repouso. Em um dos grupos de Itagimirim, alguns afirmaram recorrer a sombrinhas pessoais para enfrentar o sol. Apenas em Eunápolis surgem relatos de áreas de vivência mais estruturadas, associadas às empresas de maior porte, ainda que não universalizadas para todos os trabalhadores.

A ausência de banheiros no campo foi mencionada repetidamente em Itagimirim, com trabalhadores relatando que, quando existe, tratam-se de instalações improvisadas, sujas e raramente abastecidas. Em Eunápolis, ao contrário, a presença de banheiros organizados foi apontada como regra em algumas fazendas ligadas ao setor florestal, embora outros depoimentos contrariem esse padrão, ao relatarem a existência de banheiros precários.

Quanto ao fornecimento de EPIs, os relatos expõem disparidades importantes. Em Eunápolis, parte dos trabalhadores afirmou receber luvas, botas e uniformes da empresa Veracel, mas outros relataram trabalhar sem qualquer tipo de proteção. Em Itagimirim, a situação é irregular: alguns trabalhadores disseram usar luvas, botas e chapéus, mas em

outros casos os EPIs são cobrados do próprio trabalhador, como as botas ou garrafas térmicas. Houve denúncia explícita de alguns trabalhadores de contato direto com defensivos agrícolas sem nenhum equipamento de proteção, o que expõe a riscos severos de intoxicação.

As condições de alojamento também foram alvo de detalhamento pelos entrevistados. Em Eunápolis, trabalhadores relataram experiências contrastantes: de um lado, alojamentos familiares com energia elétrica e estrutura mínima; de outro, locais extremamente precários, sem banheiro, geladeira ou fogão. Em Itagimirim, foi relatada a prática de alojar até cinco pessoas em um mesmo beliche, situação que expõe a superlotação e a insalubridade, em pleno desrespeito às normas de SST. Alguns trabalhadores destacaram melhorias recentes, como a substituição de tarimbais por colchões, mas ainda insuficientes para caracterizar condições dignas.

Embora muitos entrevistados afirmem que homens e mulheres desempenham funções semelhantes, a divisão sexual do trabalho aparece em casos específicos. Em Eunápolis, mulheres são direcionadas preferencialmente a viveiros, enquanto homens operam bombas costais. Em um dos grupos de Itagimirim, surgem relatos de preconceito explícito: mulheres eram desencorajadas a carregar sacarias pesadas, sob o argumento de que “não aguentariam”, reforçando estereótipos de fragilidade e limitando suas possibilidades de inserção. Houve, também, relatos de assédio sexual persistente, em especial quando há diferenças de hierarquia. Também foram citados relatos de assédio moral persistente, incluindo um caso em que o encarregado chamava outra trabalhadora de “macaca” e de “filho da desgraça”.

Contudo, foram relatadas iniciativas de inserção de mulheres na área florestal, e uma maior presença delas na operação e na parte mecanizada. Outra questão trazida pelos trabalhadores foi a maior “destreza” das mulheres, que são consideradas, via de regra, mais cuidadosas, quebrando menos galhos e estragando menos as estruturas das plantas.

A questão da discriminação revelou experiências variadas. Em Eunápolis, trabalhadores relataram situações de preconceito racial, ainda que nem sempre assumidas de forma explícita. Também foram relatados casos de trabalhadores migrantes de Minas Gerais tratados de forma diferenciada, sobretudo nos pagamentos. De modo geral, os trabalhadores relataram que as práticas discriminatórias partem dos colegas de trabalho e dos encarregados/monitores.

Quando questionados se já ficaram devendo dinheiro ao empregador por despesas de alimentação, transporte ou outros custos, a maioria dos trabalhadores negou a existência de dívidas diretas. No entanto, em grupos de Itagimirim surgiram relatos de cobranças indiretas, especialmente relacionadas ao fornecimento de botas, garrafas térmicas ou

marmitas. Essa prática, ainda que não configurada como “dívida” formal, cria dependência econômica adicional em relação ao empregador.

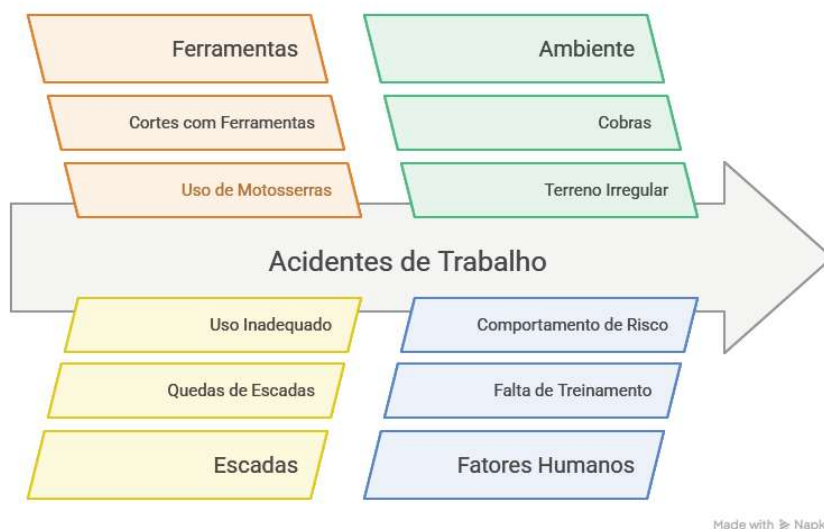
A alimentação durante a jornada é majoritariamente responsabilidade do próprio trabalhador. Em Itagimirim, quase todos relataram levar comida de casa em marmitas, consumidas “no mato”, sem condições adequadas de armazenamento ou aquecimento. Apenas em Eunápolis, no setor florestal, foram mencionadas áreas de vivência com refeitórios ou locais apropriados para refeições. Em um dos grupos focais, parte dos trabalhadores relatou improvisar sombra com guarda chuvas para almoçar no campo. A empresa raramente fornece alimentação.

A presença de jovens na cultura da laranja foi confirmada por parte dos entrevistados, em especial em Itagimirim, onde filhos e filhas de trabalhadores auxiliam no cultivo. As idades mencionadas variam entre 12 e 17 anos, sempre no contexto de famílias que tradicionalmente trabalhavam na roça. Apesar de não se tratar de trabalho formalmente contratado, os relatos evidenciam a prática do trabalho precoce como forma de contribuir com a renda doméstica.

Quando indagados sobre fiscalizações relacionadas às condições de trabalho, a maioria afirmou nunca ter se deparado com a presença de fiscais nas fazendas. Alguns mencionaram inspeções pontuais, mas sem continuidade ou efeitos concretos. Essa ausência de fiscalização recorrente reforça a naturalização das condições precárias e a sensação de desamparo entre os trabalhadores.

Acidentes de trabalho foram relatados em diferentes grupos, sobretudo cortes com ferramentas e quedas, em especial envolvendo as escadas usadas para apoio durante a colheita das frutas. Outros acidentes relatados incluem aqueles envolvendo motosserras, cobras, fraturas em ossos, cortes em membros e na cabeça, bem como quedas. Em um dos grupos focais, foi comentado por vários trabalhadores um acidente ocorrido recentemente na região, envolvendo um menor de idade na colheita do cacau, que caiu e quebrou o braço em três localidades distintas.

Analizando Acidentes de Trabalho na Colheita de Frutas



Os EPIs recebidos variam bastante. Em grupos focais de Eunápolis, alguns trabalhadores relataram uso de botas, luvas e uniformes fornecidos por empresas maiores, enquanto outros disseram não receber nada. Em grupos focais de Itagimirim, muitos afirmaram que precisam comprar os próprios equipamentos, como botas e luvas. Chapéus e calças foram citados, mas de maneira irregular. Há também relatos de EPIs danificados ou insuficientes, que não oferecem proteção real durante a jornada.

O contato com defensivos agrícolas e agrotóxicos foi mencionado em diferentes grupos, especialmente em um dos grupos focais de Itagimirim. Alguns trabalhadores afirmaram aplicar venenos sem qualquer proteção adequada, ficando expostos diretamente às substâncias. Em alguns casos, o único recurso citado foi o uso de roupas comuns, sem máscaras ou luvas específicas. Esse dado revela uma situação de alto risco à saúde, em completa desconformidade com normas de segurança do trabalho.

Conclusão

O panorama revela uma convivência entre diferentes realidades: de um lado, trabalhadores vinculados a empresas maiores, como no setor florestal de Eunápolis, com algum acesso a infraestrutura e EPIs; de outro, trabalhadores rurais de pequenas e médias propriedades em Itagimirim, submetidos a condições precárias, sem água potável, sem sombra, sem banheiros e com exposição direta a agrotóxicos. A naturalização da ausência de direitos trabalhistas básicos atravessa os relatos e torna evidente a urgência de políticas públicas e mecanismos de fiscalização mais eficazes para assegurar dignidade, saúde e segurança no campo.

Ainda que a informalidade não tenha se apresentado de forma expressiva nesta região específica, diferentemente do que ocorre em outros pólos da cadeia citrícola, o levantamento mostra que a formalização não necessariamente elimina a precariedade. Mesmo quando há registro em carteira, persistem desafios importantes relacionados à organização das jornadas e à oferta de infraestrutura mínima. Esses elementos indicam que também no meio da formalidade há espaço para aprimoramento das práticas laborais e para o fortalecimento de mecanismos que promovam maior segurança, bem-estar e regularidade nas relações de trabalho.

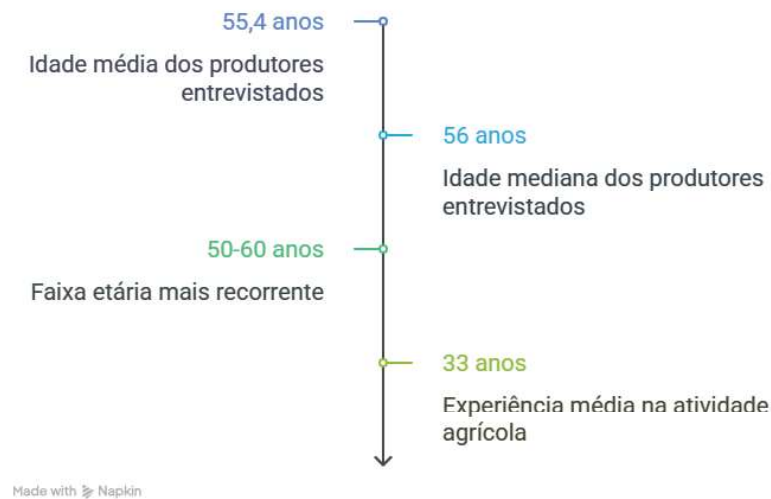
a) Produtores rurais

Inserção e informalidade

As entrevistas realizadas junto aos grupos focais de produtores de laranja na Bahia permitem traçar um retrato amplo do perfil socioeconômico, do contexto da produção e das estratégias de manutenção da atividade agrícola na região. Os resultados indicam forte enraizamento territorial, predomínio da agricultura familiar e desafios estruturais relacionados à escolaridade, acesso a recursos e permanência no campo.

A idade média dos produtores entrevistados foi de 55,4 anos, com mediana de 56 anos. A faixa etária mais recorrente situa-se entre 50 e 60 anos, o que confirma um envelhecimento do perfil produtivo, semelhante ao verificado entre os trabalhadores. O tempo médio de experiência na atividade agrícola foi de 33 anos, evidenciando a permanência prolongada na produção rural e a transmissão intergeracional do ofício.

Envelhecimento e Experiência na Produção Agrícola



Grande parte dos produtores nasceu e permanece nos municípios onde atua, especialmente em Itagimirim, Eunápolis e Belmonte, o que reforça o caráter local e de forte vinculação comunitária da produção de laranja na região. Há registros de produtores oriundos de Minas Gerais, mas em número reduzido, confirmando que o setor não depende significativamente de fluxos migratórios externos.

O perfil familiar indica que a maior parte dos produtores vive em arranjos com filhos e netos, mas poucos relatam sucessores interessados em dar continuidade à produção. Essa ausência de sucessão familiar é uma das preocupações mais recorrentes: muitos afirmaram que os filhos já migraram para áreas urbanas ou se inseriram em outras ocupações, revelando o risco de descontinuidade da atividade em médio prazo.

Assim como entre os trabalhadores, a escolaridade dos produtores é heterogênea e marcada por desigualdades históricas. A maioria concluiu apenas o ensino fundamental, com alguns relatos de analfabetismo funcional. Apenas dois produtores declararam possuir formação de nível superior. Essa limitação impacta diretamente a capacidade de gestão da produção e o acesso a políticas públicas que exigem maior letramento burocrático.

Os produtores relataram áreas médias de cultivo variando entre 5 e 30 hectares, com grande disparidade entre pequenas propriedades familiares e unidades mais estruturadas. A produção concentra-se em laranja e limão, mas muitos mantêm lavouras diversificadas, incluindo cacau, mandioca e hortaliças, como forma de reduzir riscos e garantir a subsistência familiar. A produtividade da laranja varia amplamente conforme a região e o manejo: em áreas mais próximas a Eunápolis, há registros de maiores

rendimentos devido ao maior investimento em insumos; já em Itagimirim, os relatos apontam queda de produtividade em função da escassez de assistência técnica e da degradação do solo.

Grande parte dos produtores afirmou vender sua produção em feiras locais ou a atravessadores, com pouca ou nenhuma inserção em canais de comercialização formalizados. Apenas uma minoria relatou contratos estáveis com compradores, o que expõe a vulnerabilidade frente à variação de preços e à dependência de intermediários. Essa informalidade compromete a previsibilidade da renda e fragiliza a posição do produtor na cadeia produtiva.

Nesse sentido, as condições de trabalho se modificam entre os períodos de safra e entressafra. Durante a safra, a intensidade e o volume de atividades crescem, exigindo maior esforço físico, contratação eventual de diaristas e jornadas mais extensas. Já na entressafra, predominam tarefas de manutenção, preparo de mudas e cuidados menos extenuantes. Essa sazonalidade é central na dinâmica produtiva, mas também reforça a irregularidade do vínculo empregatício e a instabilidade da renda para quem depende exclusivamente do trabalho agrícola.

O perfil dos produtores de laranja na Bahia é marcado por um envelhecimento da força produtiva, forte enraizamento territorial e predominância da agricultura familiar em pequena escala. O baixo nível de escolaridade, a crise de sucessão geracional e a dependência de atravessadores configuram os principais desafios estruturais, colocando em risco a sustentabilidade do setor a médio e longo prazo. Ao mesmo tempo, a diversificação produtiva e a permanência prolongada na atividade revelam estratégias de resiliência diante das incertezas que caracterizam a agricultura na região.

Organização da produção e jornada

A rotina dos produtores segue o ritmo da lavoura, organizada conforme a sazonalidade e as necessidades imediatas da produção. Não há escalas formalizadas, mas jornadas típicas das atividades rurais, que se iniciam cedo e se estendem até o fim da tarde. Durante a safra, a carga de trabalho se intensifica, com maior exigência física, enquanto na entressafra prevalecem tarefas de manutenção, preparo do solo e manejo da plantação. Essa alternância imprime grande flexibilidade, mas também evidencia a ausência de padrões formais de organização do trabalho.

Entre os produtores da Bahia, a forma de contratação da mão de obra apresenta características bastante restritas e associadas às dinâmicas da agricultura familiar. De maneira geral, não há registro de fiscalização trabalhista nas propriedades visitadas, e os

entrevistados afirmaram não conhecer casos de agricultores familiares que tenham passado por esse tipo de inspeção. Esse dado revela não apenas a baixa presença de órgãos de controle nas áreas rurais, mas também uma percepção de invisibilidade regulatória, reforçando a ideia de que a agricultura em pequena escala opera à margem de práticas fiscalizatórias mais sistemáticas.

No que diz respeito à experiência de contratação de trabalhadores, a regra predominante é a utilização de mão de obra familiar, sendo pontuais os casos em que houve necessidade de buscar apoio externo. Quando isso ocorreu, observou-se a contratação por demanda, com pagamento por diária. Dois produtores relataram já ter recorrido a trabalhadores externos: um deles contratou diaristas de forma direta, enquanto outro optou por firmar vínculo com uma empresa terceirizada para suprir necessidades específicas.

Esse padrão indica que, embora os produtores familiares mantenham uma estrutura produtiva autônoma e fortemente centrada no núcleo doméstico, há situações em que a sazonalidade da atividade agrícola impõe a busca por mão de obra adicional. Nesses casos, prevalece a informalidade, com vínculos esporádicos e sem regularidade, reforçando a distância entre a prática produtiva e a formalização trabalhista.

Em síntese, o cenário encontrado evidencia que a contratação fora da esfera familiar é exceção, ocorrendo de forma eventual e orientada pela demanda imediata da produção. A ausência de fiscalização, aliada à lógica da informalidade, sugere um espaço onde a agricultura familiar permanece pouco regulada, com reduzida integração a mecanismos institucionais de proteção e de formalização das relações de trabalho.

Entre os produtores entrevistados na Bahia, a organização da jornada e da remuneração do trabalho contratado segue padrões simplificados e associados à lógica do trabalho por demanda. O pagamento ocorre majoritariamente por diária, com valor médio registrado em torno de R\$30,00 por trabalhador. Essa prática evidencia a predominância de vínculos informais e de curta duração, que acompanham as oscilações da produção agrícola e dispensam compromissos de longo prazo entre empregadores e contratados.

No que se refere a benefícios e apoios complementares, destaca-se a presença de programas públicos voltados à agricultura familiar. Os produtores relataram acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), de origem federal, que garante a compra da produção a preços superiores aos de mercado, destinando-a a creches e escolas. Além disso, foi mencionado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que concede desconto de 25% no acesso a crédito rural, contribuindo para reduzir custos de financiamento da produção.

Outros instrumentos de apoio incluem a oferta de assistência técnica com prazo limitado, variando conforme a cultura: um ano para o cacau e três anos para o café.

Também foi destacado o incentivo financeiro de R\$50.000,00 destinado a assentados em um dos projetos visitados, condicionado à escolha de culturas acompanhadas por assistência técnica.

Esses dados revelam que, embora a contratação de trabalhadores externos seja eventual e pouco estruturada, há um arcabouço de políticas públicas que complementa a renda e sustenta a viabilidade econômica dos produtores familiares. O pagamento simplificado por diária, aliado ao suporte governamental, constitui a base sobre a qual esses agricultores equilibram suas práticas produtivas, demonstrando a interdependência entre trabalho rural informal e incentivos institucionais voltados ao fortalecimento da agricultura familiar.

Parte dos produtores afirmou já ter pensado em desistir da atividade agrícola. As razões apontadas envolvem principalmente as dificuldades econômicas, os custos de produção crescentes, a instabilidade de preços e a escassez de apoio técnico e institucional. Em muitos casos, a permanência no campo se dá mais por falta de alternativas do que por condições efetivas de sustentabilidade econômica.

Saúde, segurança e fiscalização

As condições de trabalho relatadas pelos produtores da Bahia revelam cenário marcado pela simplicidade da agricultura familiar, pela ausência de regulação efetiva e por arranjos informais que sustentam a produção. A seguir, estão sistematizados os principais achados do levantamento:

O acesso a condições básicas de proteção e saúde ainda é limitado. Nem todas as propriedades disponibilizam água potável em quantidade suficiente, e os trabalhadores, em alguns casos, precisam levar a própria água de casa, que frequentemente fica quente ao longo do dia. A proteção contra o sol é improvisada, com o uso de chapéus, sombrinhas ou abrigo ao pé das plantas.

Quanto aos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), seu uso é restrito a itens simples, como botas, luvas e chapéus. Não há uma política sistemática de fornecimento, tampouco treinamentos para uso correto, especialmente em atividades de maior risco como aplicação de defensivos agrícolas.

Os relatos apontam que homens e mulheres realizam, em linhas gerais, as mesmas tarefas. Contudo, persistem percepções culturais que atribuem às mulheres maior cuidado em atividades como a colheita, consideradas mais “delicadas”. Essa visão reforça estereótipos, mas também abre espaço para maior inserção feminina em determinadas fases da produção. Apesar disso, as mulheres seguem em menor número entre os produtores entrevistados, e sua participação tende a ser invisibilizada no trabalho cotidiano.

O envolvimento de crianças e adolescentes na produção foi reconhecido como prática existente, sobretudo no passado. Menores participavam de tarefas leves ou acompanhavam familiares nas atividades da roça. Esse envolvimento era descrito mais como uma extensão da dinâmica familiar do que como vínculo formal de trabalho. A presença de fiscalização voltada ao trabalho infantil foi rara ou inexistente, revelando a fragilidade da atuação estatal nesse campo. Ainda que os relatos não indiquem exploração sistemática, a naturalização do trabalho de menores evidencia riscos à proteção integral de crianças e adolescentes no meio rural.

Os produtores declararam não ter vivenciado fiscalizações trabalhistas relacionadas às condições de trabalho em suas propriedades. Esse dado reforça a percepção de ausência do Estado na regulação da agricultura familiar, perpetuando a informalidade como regra.

Foram relatados acidentes pontuais, em geral ligados ao esforço físico, quedas ou ao manuseio de ferramentas. Nessas situações, as providências adotadas restringiram-se a medidas imediatas, como primeiros socorros improvisados ou deslocamento até serviços de saúde locais. Não há protocolos sistematizados de prevenção nem acompanhamento posterior, o que aumenta a vulnerabilidade dos trabalhadores diante de riscos ocupacionais.

O conjunto dos relatos evidencia que as condições de trabalho dos produtores na Bahia são informais, pouco reguladas e marcadas pela autossuficiência familiar. A ausência de fiscalização trabalhista, a fragilidade no fornecimento de infraestrutura básica e a naturalização do trabalho de menores apontam para lacunas importantes na garantia de trabalho decente. Embora assegurem a continuidade da produção, essas práticas expõem limites significativos quanto à segurança, saúde e sustentabilidade social da agricultura familiar.

A análise das respostas dos produtores da Bahia revela que, embora haja acesso a determinados programas de apoio governamental, há uma percepção de insuficiência em relação à efetividade desses incentivos e à capacidade de estímulo à formalização.

Os produtores relataram receber apoio de políticas como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e o PNHRA (Programa Habitacional da Reforma Agrária). Entre os exemplos citados, destacam-se a obtenção de tratores por meio de programas federais e o acesso a crédito agrícola pelo Banco do Nordeste, que oferece desconto de 25% nas operações de financiamento, condicionado à localidade. Apesar disso, a percepção geral é a de que os incentivos são limitados e pouco compreendidos, com críticas direcionadas à falta de articulação sindical e à ausência de acompanhamento técnico mais próximo.

Questionados se os incentivos atuais são suficientes para promover a formalização das relações de trabalho, os produtores responderam de forma unânime: não. As

justificativas apontam para a desconexão entre a realidade da agricultura familiar e os mecanismos de formalização propostos, considerados onerosos, burocráticos e pouco compatíveis com a dinâmica de pequenas propriedades. Essa percepção reforça a predominância de práticas informais e o distanciamento em relação às exigências legais.

Nenhum dos produtores entrevistados participa de programas de certificação socioambiental ou de qualidade, como Global G.A.P., Fair Trade ou Rainforest Alliance. A principal barreira identificada é a falta de acesso à informação sobre os requisitos e processos necessários. Apesar disso, foi registrado o interesse de uma produtora em buscar o selo da Agricultura Familiar, com o objetivo de valorizar seus produtos e obter maior inserção em mercados diferenciados. Essa demanda aponta para a necessidade de maior apoio técnico e institucional na difusão de informações e no acompanhamento dos produtores em processos de certificação.

Conclusões

As relações dos produtores com políticas públicas e certificações revelam um cenário de oportunidades ainda pouco exploradas. Embora os programas governamentais ofereçam benefícios concretos, como crédito subsidiado, maquinário e apoio habitacional, sua efetividade é reduzida pela falta de informação acessível, pela burocracia e pela ausência de integração com estratégias de formalização do trabalho rural. Da mesma forma, a distância em relação aos programas de certificação limita a inserção dos produtores em mercados mais valorizados, restringindo as possibilidades de diferenciação e ganho econômico. O fortalecimento de canais de informação, a assistência técnica continuada e a adaptação das políticas à realidade da agricultura familiar surgem como condições essenciais para que tais iniciativas tenham impacto real sobre a organização produtiva e trabalhista no campo baiano.

Recomendações e percepções

Os produtores baianos identificaram como principal obstáculo para a melhoria da gestão e das condições de trabalho a insuficiência de assistência técnica adequada e contínua. Embora programas públicos e iniciativas de extensão rural estejam formalmente disponíveis, a percepção é a de que o apoio oferecido ocorre de forma esporádica, por meio de visitas isoladas que não resultam em acompanhamento efetivo ou soluções práticas para os problemas enfrentados no cotidiano das propriedades.

Essa lacuna compromete não apenas a profissionalização da produção, mas também a implementação de práticas relacionadas à saúde e segurança do trabalho, à organização administrativa e ao acesso a certificações e mercados diferenciados. A

ausência de um acompanhamento sistemático reforça a sensação de desamparo dos produtores e perpetua um ciclo de informalidade e vulnerabilidade no meio rural.

Assim, a principal recomendação que emerge desse grupo é a necessidade de um apoio técnico continuado, estruturado e de proximidade, capaz de fortalecer a agricultura familiar em seus aspectos produtivos, econômicos e sociais. Isso significa superar a lógica de ações pontuais e promover políticas de extensão rural que priorizem a presença constante de técnicos no campo, a capacitação prática e o retorno efetivo às demandas levantadas pelos agricultores.

A análise dos produtores baianos nos tópicos de forma de contratação e recrutamento, jornada e pagamento, condições de trabalho, relações institucionais e percepções finais revela um quadro marcado por informalidade estrutural, fragilidade institucional e baixa presença do Estado no apoio efetivo à agricultura familiar.

No que se refere à contratação e recrutamento, prevalece a lógica da mão de obra familiar, complementada pontualmente pela contratação de diaristas ou por empresas terceirizadas em períodos de maior demanda. A ausência de fiscalização trabalhista reforça esse padrão, perpetuando a informalidade e reduzindo a efetividade da legislação laboral.

Quanto à jornada e pagamento, observou-se a predominância do trabalho remunerado por diária, com valores médios de R\$30,00 por trabalhador. Embora simples, esse sistema reforça a instabilidade da renda e a sazonalidade do vínculo, dificultando qualquer perspectiva de formalização. Nesse ponto, os programas públicos, como PRONAF, PAA e PNHRA, desempenham papel fundamental ao oferecer crédito subsidiado, compra de alimentos e apoio material. Ainda assim, o alcance desses incentivos é percebido como limitado e pouco adaptado às necessidades da base produtiva.

As condições de trabalho evidenciam lacunas importantes: ausência ou uso insuficiente de equipamentos de proteção, jornadas longas e ausência de protocolos de segurança. O envolvimento de mulheres é reconhecido em igualdade de funções, mas permeado por estereótipos culturais. Casos de trabalho infantil foram relatados como prática comum em décadas anteriores, associada ao contexto familiar, sem registros de fiscalização. Acidentes de trabalho ocorrem de forma pontual, sendo tratados apenas com medidas imediatas, sem acompanhamento técnico. A sazonalidade entre safra e entressafra agrava as instabilidades laborais e de renda.

No campo das relações institucionais, os produtores demonstraram acesso parcial a políticas públicas, mas avaliaram que os incentivos disponíveis não são suficientes para estimular a formalização. A ausência quase total de certificações socioambientais ou de qualidade reflete, sobretudo, a dificuldade de acesso à informação e ao suporte técnico necessário para ingresso nesses programas, embora haja interesse de alguns produtores em buscar o selo da Agricultura Familiar.

Por fim, nas percepções e recomendações, destacou-se a demanda unânime por assistência técnica continuada, de base e proximidade. Os agricultores consideram que visitas esporádicas e ações pontuais não respondem às suas necessidades e, portanto, não contribuem para transformar a gestão, a segurança no trabalho e a sustentabilidade da produção.

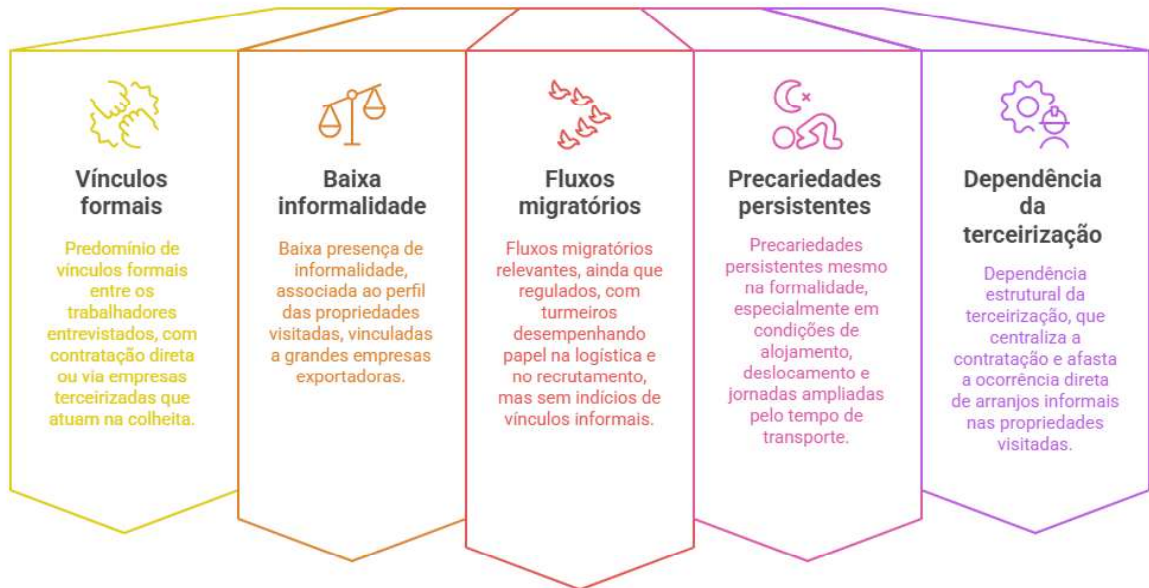
Em síntese, o diagnóstico aponta que os produtores da Bahia enfrentam um cenário de baixa institucionalização do trabalho, forte dependência de arranjos familiares e informais e déficits de apoio técnico estruturado. Apesar da existência de políticas públicas relevantes, sua efetividade é limitada pelo desencontro entre a oferta e a realidade vivida no campo. A superação desse quadro requer maior presença estatal, fortalecimento das políticas de extensão rural, estímulo a processos de formalização adaptados à agricultura familiar e a construção de canais que garantam acesso direto à informação e a certificações.

MINAS GERAIS

Para a coleta de dados, este estudo adota a pesquisa de campo como metodologia, utilizando-a como instrumento fundamental para a obtenção de informações junto aos diferentes agentes que compõem a cadeia produtiva da laranja. Nesse contexto, realizou-se uma visita in loco ao município de Frutal, em Minas Gerais, selecionado em razão de sua expressiva relevância no cenário citrícola nacional. A escolha justifica-se pelo elevado índice de concentração e produtividade dos cultivos na região, que, apenas no ano de 2023, alcançou a marca de 128.700 toneladas de laranja (EMBRAPA, 2023), posicionando-se como o terceiro maior produtor do estado.

A pesquisa de campo ocorreu nos dias 6 e 7 de setembro de 2025, período em que foram visitadas duas propriedades rurais dedicadas à produção da fruta, cuja comercialização se destina às principais processadoras de suco de laranja do país, como a Cutrale e a Citrosuco. Além disso, foi realizado um grupo focal com 10 trabalhadores que atuam na etapa da colheita.

Características do trabalho - Minas Gerais



Made with Napkin

Visita a Frutal/MG



Fotos da visita a Frutal. 07/09/2025

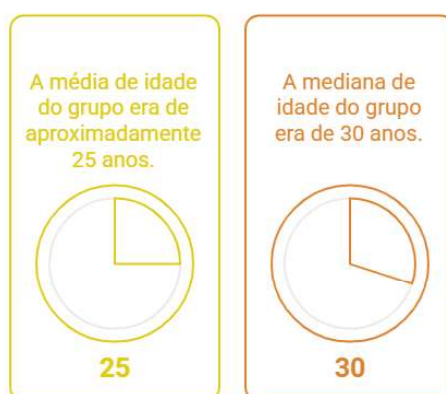
a) Grupo focal com os trabalhadores

Inserção e informalidade

Durante a visita in loco, foi realizado um grupo focal com dez trabalhadores atuantes na etapa de colheita, com o objetivo de captar suas perspectivas e demandas, contribuindo, assim, para a abordagem metodológica da pesquisa voltada à escuta dos diferentes agentes da cadeia produtiva. O grupo foi composto por trabalhadores vinculados a duas fazendas distintas, cada uma pertencente a uma empresa diferente. Os participantes relataram que, ao término de cada safra ou quando identificam melhores oportunidades de remuneração, costumam migrar de uma empresa para outra em busca de condições mais vantajosas. Embora todos estivessem formalmente contratados no momento da pesquisa, não especificaram se os vínculos anteriores ocorreram por meio de contratos intermitentes ou sucessivos, indicando apenas que procuram permanecer onde a remuneração é mais atrativa.

A média de idade do grupo era de aproximadamente 25 anos, e a mediana, de 30 anos, sendo que todos se encontravam formalmente contratados. Verificou-se a presença de apenas uma mulher entre os participantes, mas, ao serem questionados acerca dessa diferença, relataram que não havia discrepâncias relevantes nem quanto à proporção de trabalhadoras nas frentes de trabalho nem em relação ao tratamento entre homens e mulheres, o que indica uma percepção de relativa equidade nas condições de atuação.

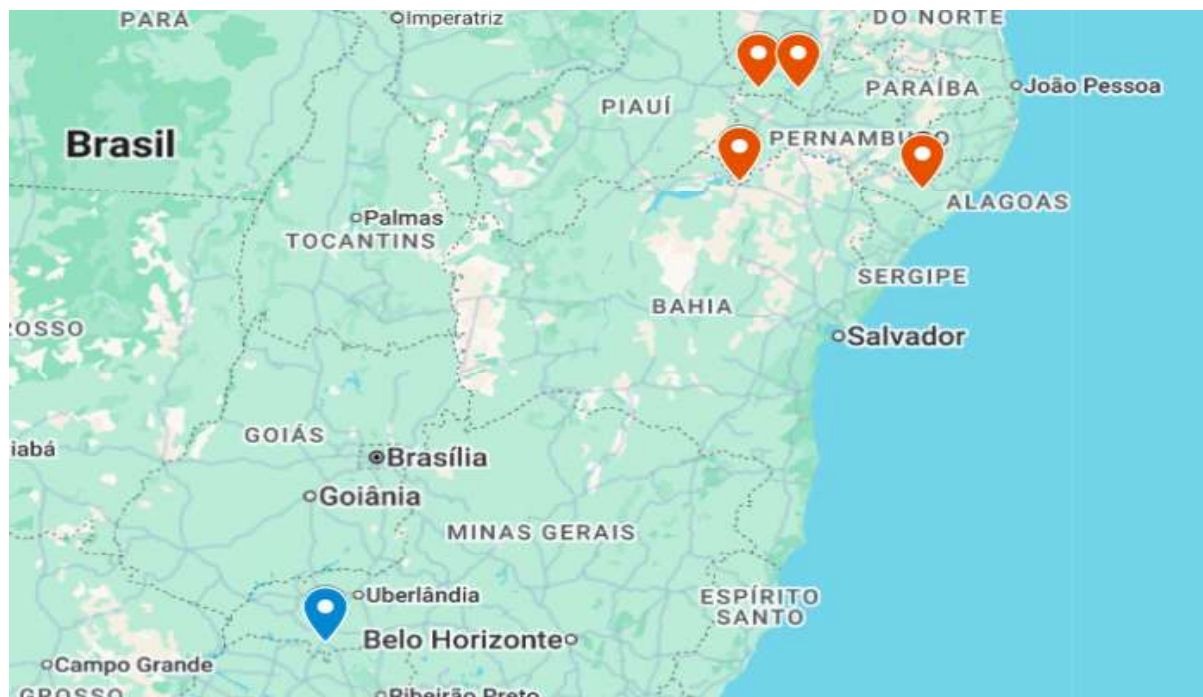
Idade do Grupo



Made with Napkin

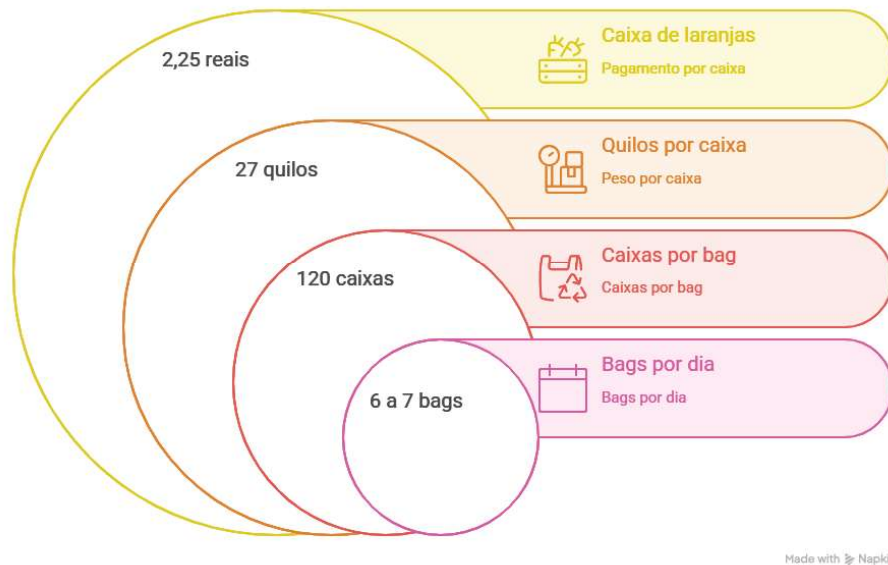
Embora a maioria soubesse ler e escrever, grande parte interrompeu os estudos ainda no ensino fundamental. Observou-se expressiva presença de trabalhadores oriundos da região Nordeste, que migraram motivados por recomendações de colegas e amigos, em busca de melhores condições de vida. Os relatos apontaram a atuação de um turmeiro

responsável por recrutar trabalhadores em suas cidades de origem, o qual também integra a força de trabalho da empresa contratante. No entanto, foram registradas queixas quanto à logística de transporte, destacando-se a facilidade de acesso aos ônibus para chegar ao município de trabalho, em contraste com a dificuldade enfrentada para retornar às suas cidades de origem em caso de arrependimento ou outras necessidades.



No que se refere à remuneração, o pagamento é composto por uma parte fixa com média de R\$751,00 mensais e um adicional por produção, variando entre R\$1,00 e R\$2,25 por caixa. Cada “bag” (sacola) utilizada para acondicionar as laranjas, comporta até 120 caixas, sendo possível colher, em média, de seis a sete bags por dia quando as condições da fruta são favoráveis.

Pagamento na plantação de laranja



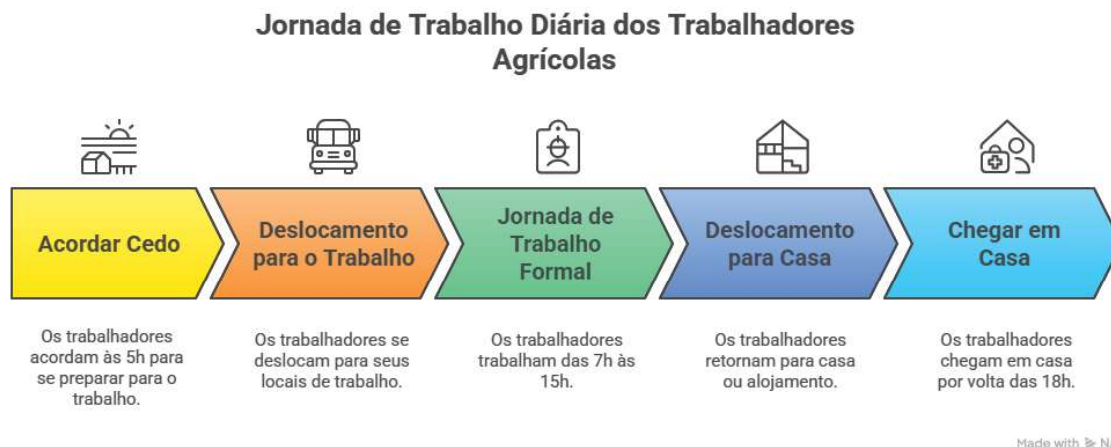
Os trabalhadores relataram que um dos principais fatores que os levam a considerar a opção pela informalidade está relacionado aos descontos incidentes sobre a remuneração. Foram particularmente enfáticos quanto aos descontos referentes ao imposto de renda e aos valores destinados à alimentação e ao uso dos alojamentos, os quais variam conforme a renda individual de cada trabalhador. Apesar disso, um dos participantes destacou reconhecer a importância da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), ressaltando que ela proporciona maior segurança em casos de acidentes de trabalho. Segundo ele, caso os descontos fossem reduzidos, haveria uma maior satisfação em relação às condições atuais de trabalho.



Fotos da visita a Frutal. 07/09/2025

Organização da produção e jornada

A jornada de trabalho formal ocorre das 7h às 15h. Contudo, devido à necessidade de deslocamento, os trabalhadores precisam acordar por volta das 5h da manhã e somente retornam às suas residências ou alojamentos por volta das 18h. Muitos afirmaram permanecer no emprego por necessidade financeira, uma vez que, segundo seus relatos, o trabalho agrícola, de forma geral, apresenta condições igualmente árduas em diferentes frentes de produção: *“Ou trabalha ou trabalha, se não trabalhar, tá perdido”*, como sintetizou um dos entrevistados. Ressalta-se que os trabalhadores não possuem plano de saúde nem recebem qualquer tipo de auxílio governamental.



No que se refere à alimentação, identificaram-se diferenças entre as empresas: em uma delas, marmitas são fornecidas diretamente no local de trabalho. Por outro lado, na outra, os trabalhadores precisam levar suas próprias refeições, sem a disponibilidade de micro-ondas para aquecer os alimentos. Foi relatado, ainda, que, em diversas ocasiões, os trabalhadores optam por se alimentar sob as árvores, em vez de utilizar o espaço destinado às refeições, descrevendo sentimentos de constrangimento ou vergonha em razão da simplicidade do conteúdo de suas marmitas.

Saúde, segurança e fiscalização

Os trabalhadores vinculados a uma das empresas, que residem nos alojamentos fornecidos por ela, também relataram insatisfação quanto às condições desses espaços, especialmente no que se refere às condições térmicas e à superlotação. Cada bloco de alojamento comporta cerca de 20 trabalhadores, dispondo de apenas um ventilador para todo o local. Muitos relataram que, em diversas ocasiões, preferiam dormir do lado de fora do alojamento, por considerarem o ambiente mais confortável, ao menos em termos de temperatura. Comparativamente, os trabalhadores relataram que, em outros locais em que atuaram, como no estado de São Paulo, as condições eram mais favoráveis, com menos pessoas por alojamento e presença de ar-condicionado, proporcionando maior conforto e qualidade de descanso.

Embora a maioria dos trabalhadores seja composta por homens, não foram mencionados casos de discriminação ou desigualdade de gênero nas frentes de trabalho. Em relação a acidentes, foi relatada a ocorrência de quedas durante o uso de escadas ao carregar sacolas cheias, sem, entretanto, terem resultado em ferimentos graves, já que,

segundo os relatos, os trabalhadores rapidamente se levantaram e retomaram as atividades.

b) Produtores

Inserção e informalidade

As propriedades visitadas apresentavam diferenças quanto à dimensão territorial e às características produtivas, o que permitiu uma análise mais abrangente das informações coletadas. Apesar dessas distinções, ambas eram administradas por gestores contratados formalmente, que residiam nas respectivas fazendas juntamente com seus familiares. Nessas propriedades, observou-se ainda a presença de trabalhadores fixos, igualmente contratados de forma regular e que desempenhavam, de modo predominante, atividades relacionadas à pulverização de agrotóxicos e manutenções pontuais no plantio.

Durante o período de safra, observa-se um aumento significativo na concentração de trabalhadores nas fazendas, uma vez que a colheita da laranja é realizada integralmente de forma manual. A mecanização dessa etapa não se mostrou viável, pois pode comprometer as raízes das plantas e, conseqüentemente, a produtividade dos pomares. Diante disso, a demanda por mão de obra nesse período é elevada, o que, em tese, poderia favorecer a ocorrência de vínculos informais de trabalho. Contudo, essa realidade não foi observada nem mencionada pelos administradores das propriedades visitadas. Segundo eles, os trabalhadores atuam nessas fazendas por meio de empresas terceirizadas, responsáveis pela contratação, gestão e pagamento da equipe de colheita.

Organização da produção e jornada

A principal dificuldade apontada pelos administradores refere-se à escassez de mão de obra disponível para a colheita, atribuída, sobretudo, à elevada exigência física da atividade e ao curto período da safra, que dura aproximadamente três meses. O trabalho demanda o transporte manual de sacos, denominados “bags”, com peso aproximado de 27 kg, em condições climáticas frequentemente desfavoráveis. A temperatura média anual de Frutal varia em torno de 24,5°C, podendo atingir, entre os meses de setembro e novembro - meses de maior volume de colheita da laranja (Mergulhão, 2018) - temperaturas médias diárias de 31°C, com picos que podem passar dos 33°C (Climatempo, 2025).

Em razão dessas dificuldades, observa-se uma expressiva presença de trabalhadores migrantes nas colheitas, com jornada de trabalho de segunda a sexta-feira, das 8h às 15h, retornando diariamente às suas cidades de origem por meio de transporte disponibilizado pela empresa terceirizada contratante. Segundo os gerentes das

propriedades, com o intuito de atrair maior número de trabalhadores, têm sido oferecidos benefícios adicionais e carga horária reduzida, como estratégias de incentivo à adesão e permanência da mão de obra.



Uma das fazendas visitadas possuía certificação pela plataforma SAI³, tendo relatado que, para a obtenção dessa certificação, foi necessário arcar com custos elevados, especialmente relacionados à aquisição e manutenção de equipamentos de proteção individual (EPIs) e outras adequações de medidas que assegurem a saúde e segurança do trabalhador. Ainda assim, o gestor destacou que, apesar do investimento significativo, a certificação se revelou benéfica, sobretudo por ter contribuído para a organização e a facilitação das atividades de gerenciamento.

Ademais, foi relatado que a política tarifária norte-americana, ao impor uma taxa de 50% sobre os produtos brasileiros, impactou diretamente o período de safra de 2025 (CNN Brasil, 2025). Isso ocorreu porque a grande empresa processadora responsável pela compra da produção determinou a paralisação das atividades, de modo a evitar maiores prejuízos financeiros. Tal medida evidencia o poder de controle exercido pelas processadoras sobre os produtores, questão igualmente ressaltada no grupo focal realizado com auditores fiscais do trabalho. Segundo esses profissionais, tais empresas detêm a capacidade de ordenar tanto a paralisação das colheitas quanto a realização de demandas emergenciais, que exigem a coleta de grandes volumes em prazos reduzidos.

De acordo com os auditores fiscais participantes da pesquisa, essa dinâmica acarreta efeitos estruturais na cadeia produtiva, contribuindo para o desaparecimento dos pequenos proprietários. Isso porque, em sua maioria, tais produtores não dispõem de

³ Sustainable Agriculture Initiative (SAI) Platform: organização internacional voltada à promoção da sustentabilidade na agricultura.

condições financeiras ou operacionais para atender a essas imposições sem incidir em prejuízos significativos.

Saúde, segurança e fiscalização

Em ambas as propriedades visitadas, a etapa de colheita era executada por trabalhadores contratados por empresas terceirizadas, responsáveis não apenas pela gestão da mão de obra, mas também pelo cumprimento das normas de segurança e saúde no trabalho. Nesse sentido, havia a presença de fiscais atuando diretamente nas áreas de colheita, com o objetivo de assegurar o uso adequado dos equipamentos de proteção individual (EPIs). Ainda assim, os administradores relataram a persistência de riscos ocupacionais, destacando-se, entre eles, o risco de quedas, decorrente do uso de escadas apoiadas diretamente no tronco das árvores, sem qualquer sistema de segurança, para a coleta dos frutos localizados nos galhos mais altos e a exposição a agrotóxicos.

De modo geral, observou-se que as medidas de saúde e segurança do trabalho eram efetivamente implementadas nas propriedades visitadas, com o cumprimento das normas legais e a fiscalização contínua do uso dos equipamentos de proteção individual. Tais práticas indicam uma preocupação das empresas terceirizadas e dos administradores em garantir condições laborais adequadas e em minimizar a ocorrência de acidentes durante a colheita.

Conclusão

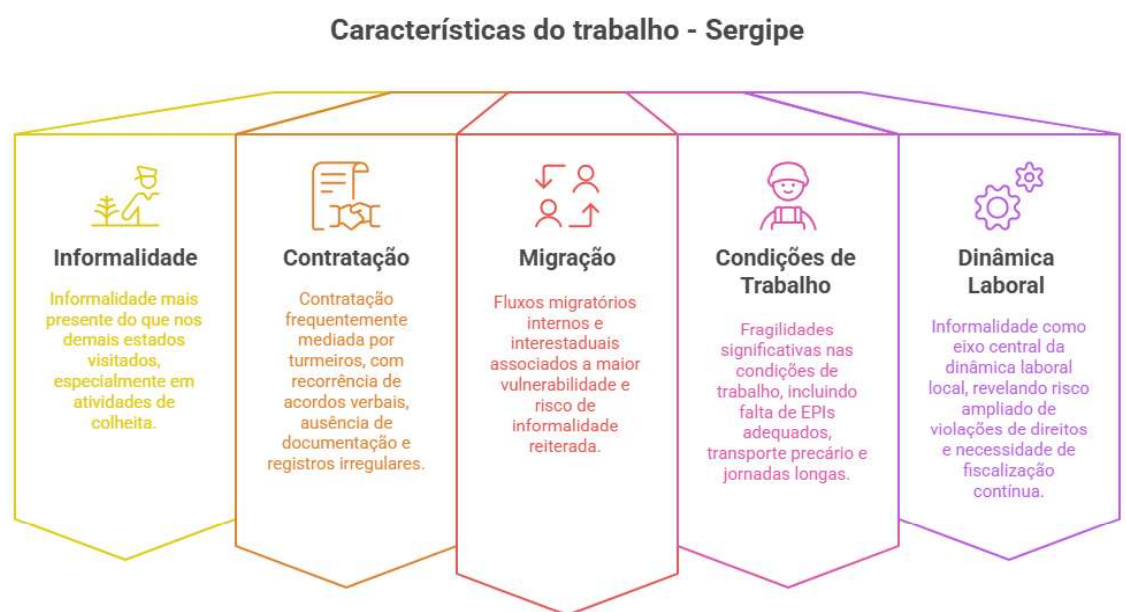
A análise do cenário da citricultura em Minas Gerais evidencia um ambiente produtivo marcado por maior formalização das relações de trabalho, especialmente pelo fato de os entrevistados estarem vinculados a grandes empresas exportadoras, que tendem a operar sob padrões mais rigorosos de certificação. Nesse contexto, a informalidade se apresentou menos recorrente, tanto nos relatos dos trabalhadores quanto nas informações fornecidas pelos administradores das propriedades visitadas. Além disso, a atuação de empresas terceirizadas responsáveis pela contratação e gestão da mão de obra pode ter contribuído para reduzir a possibilidade de vínculos informais, ao reforçar mecanismos de controle de jornada, pagamento e fornecimento de EPIs.

Apesar desse potencial maior nível de formalização, elementos de vulnerabilidade foram mencionados pelos trabalhadores entrevistados, como a ampliação das jornadas em razão do tempo de deslocamento, condições insatisfatórias de alojamento e queixas sobre descontos salariais. Esses fatores revelam que, mesmo em um contexto onde a

informalidade é menos recorrente, permanecem desafios estruturais que impactam diretamente a qualidade das condições laborais na colheita da laranja no estado.

SERGIPE

A fim de coletar os dados, orientar e acolher os trabalhadores foram realizadas rodas de conversa seguindo um roteiro semiestruturado nas cidades com maior produção de laranja no estado de Sergipe. Para isto, foram agendadas reuniões com os sindicatos de agricultores dos principais municípios produtores de laranja, entre os dias 5 de julho e 19 de setembro de 2025. Ao todo, participaram 52 citricultores de cinco municípios sergipanos: Boquim, Cristinápolis, Pedrinhas, Salgado e Umbaúba. A seguir, sintetizam-se os principais achados.

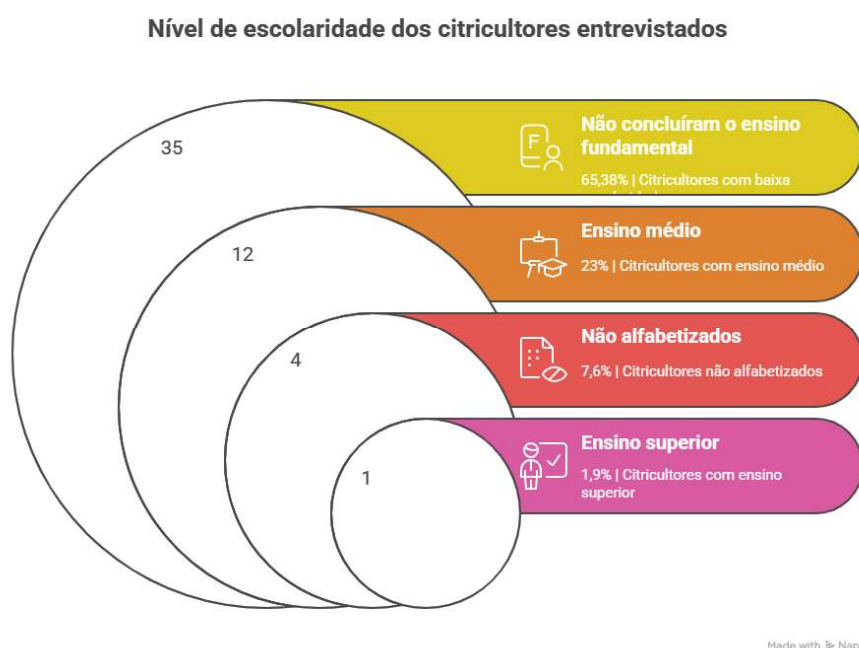


Made with Napkin

Inserção e informalidade

No total, foram entrevistadas 54 pessoas nos cinco municípios analisados. A caracterização sociodemográfica dos citricultores revelou que 29 dos entrevistados eram homens (53,84%) e 25 mulheres (46,16%), com idades variando entre 25 e 65 anos e uma

média de 43,9 anos. Observou-se um baixo nível de escolaridade entre os participantes, uma vez que 35 trabalhadores (65,38%) não haviam concluído o ensino fundamental, enquanto 4 não eram alfabetizados (7,6%). Além disso, 12 participantes haviam alcançado o ensino médio (23%), dos quais 2 não concluíram, e apenas um entrevistado, pequeno produtor, teve acesso ao ensino superior.



Quanto à ocupação, a maior parte dos trabalhadores que compuseram a etapa qualitativa do estudo desempenhavam a função de catador de laranja, havendo apenas um pequeno produtor e outra participante que, além de pequena produtora, também atuava na coleta.

No que se refere à composição familiar, o número de moradores, dependentes e filhos apresentou pouca variação, situando-se entre dois e três residentes por domicílio. Esses dados evidenciam um perfil marcado por baixa escolaridade, inserção laboral predominantemente operacional na cadeia produtiva e estruturas familiares relativamente reduzidas, características que contribuem para compreender as condições sociais e econômicas que atravessam a citricultura no estado de Sergipe.

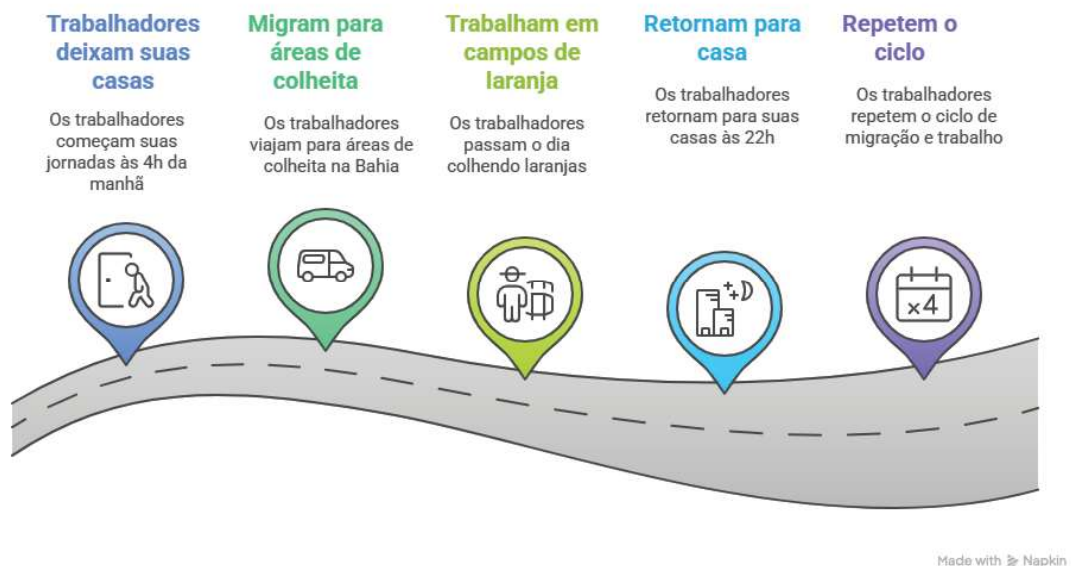
A inserção dos trabalhadores na colheita da laranja ocorre predominantemente de forma informal. Durante os encontros, nenhum dos participantes demonstrou interesse em ter a carteira assinada, justificando tal recusa por diferentes razões, como, por exemplo, o receio de prejuízos no processo de aposentadoria, a percepção de que os turmeiros não teriam condições de arcar com encargos trabalhistas e a limitação do registro formal, o qual

impediria o trabalho simultâneo em fazendas distintas. Nesse sentido, uma das participantes afirmou que mesmo não tendo a carteira assinada, é sindicalizada e já deu entrada na aposentadoria por contribuição ao sindicato, além de ter incentivado outros trabalhadores a fazerem o mesmo. Apenas duas participantes relataram experiências anteriores com contratos temporários assinados, embora nesses casos não houvesse salário fixo, e sim remuneração baseada exclusivamente na produção.

A dinâmica das contratações é estruturada em torno da figura do turmeiro, também chamado de “cabo de turma”, função equivalente à do “gato” presente em outras cadeias agrícolas brasileiras. Esses intermediários desempenham, segundo a maioria dos relatos, papel central na organização da força de trabalho, atuando na articulação com os proprietários rurais, na organização do transporte dos trabalhadores até as fazendas, na distribuição dos pagamentos e na coordenação do ritmo da colheita. As turmas formadas por esses intermediários variam expressivamente de tamanho conforme a localidade, reunindo desde pequenos grupos de 6 trabalhadores até contingentes mais amplos, com cerca de 50 pessoas.

Além disso, parte dos trabalhadores entrevistados era composta por pequenos produtores rurais que, além de atuarem como catadores em suas próprias propriedades, já haviam exercido a atividade em povoados próximos, como em cidades do interior da Bahia e também em estados mais distantes, como Minas Gerais, Santa Catarina e Paraná. Essa mobilidade evidencia um padrão de migração laboral associado à busca contínua por oportunidades na colheita da laranja, marcado por deslocamentos longos e jornadas exaustivas. Como exemplificado pelos trabalhadores de Cristinápolis, as jornadas começavam por volta das 4h da manhã, quando deixavam suas casas e migravam para o interior baiano, e só se encerravam por volta das 22h, após o retorno das áreas de colheita.

Migração Laboral para Colheita de Laranja



A dinâmica produtiva da citricultura sergipana é marcada por um ciclo que alterna períodos de alta e baixa disponibilidade de trabalho. A safra concentra-se entre os meses de maio e agosto, momento de maior produtividade e demanda por mão de obra. Já na entressafra é comum que os trabalhadores migrem para localidades vizinhas em busca de novas oportunidades de colheita. Em geral, a coleta ocorre pelo menos três vezes ao ano, podendo ser estrategicamente antecipada ou postergada pelos produtores, que tentam ajustar a oferta para influenciar o preço da laranja. Entretanto, a demora excessiva na colheita pode gerar perdas, levando frutos maduros ao apodrecimento e à contaminação da carga, o que resulta, em alguns casos, no descarte de laranjas às margens de rodovias.

Em relação aos auxílios governamentais, o Programa Mão Amiga da Laranja⁴ foi o mais citado entre os trabalhadores. De acordo com informações fornecidas pelos sindicatos de agricultores dos municípios visitados, aproximadamente 1.556 trabalhadores encontram-se cadastrados no programa (Seasic, 2025). O benefício, pago pelo governo de Sergipe, tem como finalidade assegurar renda mínima e dignidade aos trabalhadores rurais durante a entressafra, período em que a oferta de trabalho diminui significativamente. Apesar dessa importância, diversos entrevistados criticaram o programa, especialmente o valor das parcelas, quatro pagamentos de R\$250,00, considerado baixo e desproporcional quando comparado a outras categorias do setor primário que também são abrangidos pelo auxílio.

⁴ Mais informações em:

https://sergipe.se.gov.br/index.php/secom/noticia/seasic_entrega_sacos_de_colheita_para_beneficiarios_do_programa_mao_amiga_laranja_em_santa_luzia_do_itanhhy

Um exemplo recorrente citado pelos trabalhadores é o caso dos catadores de caranguejo, que recebem um salário mínimo, valor muito superior ao repassado aos trabalhadores da laranja. Além disso, foram relatadas irregularidades, como pessoas cadastradas que nunca trabalharam na colheita, mas ainda assim recebem o auxílio, ocupando vagas de quem realmente depende do benefício. Ainda que apresente limitações e seja alvo de críticas, o Mão Amiga desempenha papel essencial para mitigar a vulnerabilidade econômica enfrentada pelos catadores durante a entressafra.

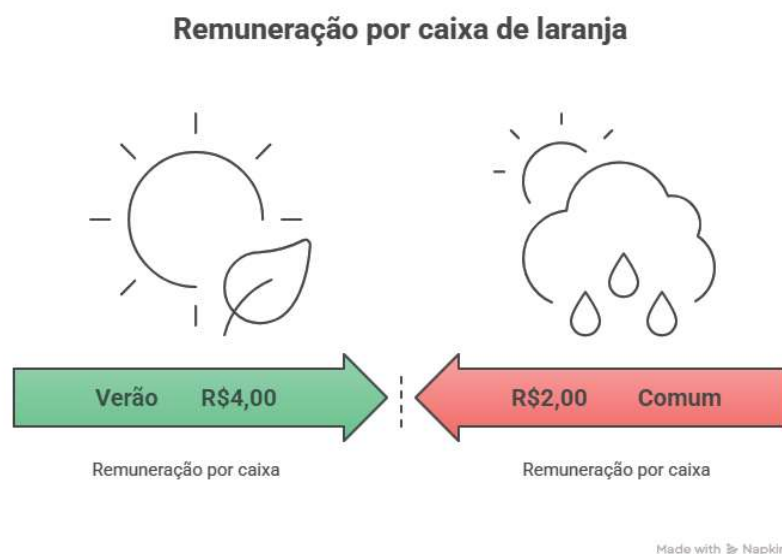
Organização da produção e jornada

Nesse contexto, as falas dos trabalhadores revelam um padrão uniforme quanto às condições de trabalho, indicando que a jornada diária não possui duração fixa e é diretamente determinada pela produtividade das lavouras. Em períodos de safra intensa, o tempo de trabalho tende a se estender, enquanto na baixa produtividade a jornada se reduz. De modo geral, a colheita costuma durar entre quatro e cinco horas por dia, entretanto, há relatos de jornadas significativamente mais longas, chegando a alcançar até dez horas de trabalho contínuo em determinados momentos.

No que se refere à remuneração, os trabalhadores são pagos com base na produtividade diária, recebendo um valor por cada caixa de laranja coletada, que costuma variar de acordo com a qualidade dos frutos, de aproximadamente R\$2,00, podendo chegar a R\$4,00 durante o verão, quando a demanda aumenta. Os turmeiros designam um integrante de confiança para contabilizar as caixas colhidas e repassar os valores aos catadores. Já os cabos de turma são remunerados por tonelada colhida, o que, à primeira vista, evidencia uma discrepância entre o ganho dos intermediários e o dos trabalhadores que realizam a colheita. Questionados sobre essa diferença, justificaram que parte significativa de sua remuneração é destinada a cobrir despesas operacionais, como o custeio do transporte da equipe, o auxílio prestado em casos de acidentes de trabalho⁵ e os gastos pessoais, o que, segundo eles, inviabiliza tanto a assinatura da carteira de trabalho

⁵ Cabe ressaltar que todos os trabalhadores entrevistados em Sergipe relataram já ter sofrido algum acidente de trabalho, desde picadas de insetos, perfurações por galhos e até graves capotamentos no chagal (veículo rudimentar inadequado para o transporte de pessoas. Neste enfoque, um dos entrevistados relatou ter sofrido um acidente de trabalho à caminho da colheita, após cair de cima de um chagal, veículo utilizado para transportar as frutas colhidas, que havia capotado na rodovia. Junto dele estavam mais onze pessoas, todas também feridas. Além do episódio envolvendo o chagal, outros acidentes de trabalho também foram mencionados, a exemplo de um trabalhador que teve um dos olhos perfurado por um galho de laranjeira. Quando ocorrem situações assim, toda a turma se junta para assistir o trabalhador acidentado, seja com o transporte para atendimento médico ou com a realização das compras do mês para aquele trabalhador que precisa se afastar das atividades.

dos integrantes da turma quanto a oferta de meios de transporte mais adequados e confortáveis.



Saúde, segurança e fiscalização

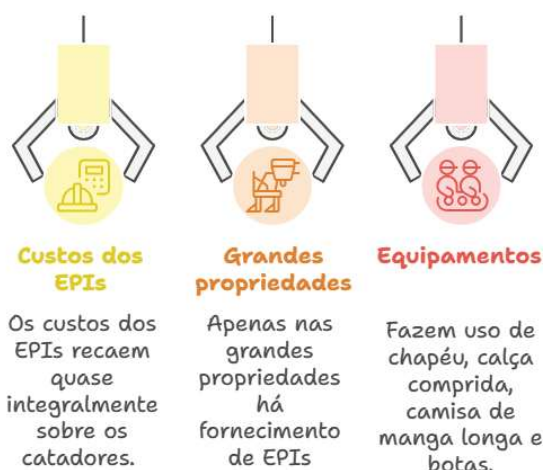
As condições de alimentação e acesso à água dos trabalhadores revelam um cenário precário e marcado pela improvisação. A água e as refeições são levadas de casa, sem qualquer fornecimento por parte dos empregadores. Muitos evitam levar alimentos perecíveis, como feijão, para impedir que estraguem em face da longa exposição ao sol durante a jornada. Ainda assim, há trabalhadores que, diante da falta de alternativas, consomem a comida mesmo quando “azedada”, por considerarem melhor isso do que permanecerem com fome. As necessidades fisiológicas costumam ser feitas no mato, pois não há instalações sanitárias disponíveis, exceto nas grandes fazendas, que oferecem banheiros químicos nos pomares. Além disso, nenhum dos participantes mencionou a existência de locais apropriados para realizar as refeições, evidenciando um ambiente de trabalho que não oferece condições mínimas de saúde, higiene e dignidade.

Em relação aos alojamentos, mencionaram que são oferecidos apenas quando a colheita ocorre em regiões mais distantes, pois, quando o trabalho é realizado dentro de Sergipe, ou ainda no interior da Bahia, eles retornam para casa no mesmo dia. Os trabalhadores que tiveram experiências em outros estados, como, por exemplo, em Minas Gerais, ressaltaram que, diferente da realidade encontrada no local, os fazendeiros exigem a apresentação da carteira de trabalho assinada para receberem os catadores, realidade esta que foi confirmada quando aplicamos a pesquisa no estado. Nesses casos, além de

formalizar a contratação, os empregadores costumam fornecer comida e abrigo para descanso, assegurando condições mínimas de permanência ao longo do período de colheita, fator que evidencia as desigualdades regionais de condições de trabalho.

Quando questionados sobre o uso de equipamentos de proteção individual (EPIs), relataram que os custos recaem quase integralmente sobre os próprios catadores, que precisam adquirir por conta própria os itens necessários ao trabalho. Apenas nas grandes propriedades há fornecimento de materiais de colheita e EPIs, constituindo exceção à regra observada. De modo geral, os trabalhadores afirmaram utilizar chapéu, calça comprida, camisa de manga longa e botas, todos adquiridos com recursos próprios. Um dos entrevistados ainda relatou fazer uso de perneira, luvas, casaco e protetor auricular, em razão do manuseio da roçadeira, fator que demanda proteção adicional.

Equipamentos de proteção individual



Made with Napkin

No que diz respeito à aplicação de agrotóxicos nas plantações, explicaram que essa atividade é realizada por trabalhadores de confiança designados pelos proprietários, e nenhum dos participantes da pesquisa declarou ter desempenhado tal função, justamente por reconhecerem os riscos significativos à saúde. Relataram, contudo, que grandes fazendas vizinhas os utilizam de maneira extensiva, o que, segundo eles, faz com que moradores de sítios próximos adoecem, especialmente porque o veneno se espalha com as chuvas. As reclamações sobre os impactos do uso inadequado de agrotóxicos foram

frequentes, destacando a contaminação dos rios e o consequente adoecimento de animais, crianças e demais residentes das áreas próximas às plantações.

Quanto aos acidentes de trabalho, as picadas de insetos apareceram como as ocorrências mais recorrentes, especialmente nas propriedades menores que não passam por pulverização, além da aparição frequente de cobras, uma vez que os agrotóxicos tendem a afetar algumas espécies de animais peçonhentos. Também houve diversos relatos envolvendo o “chacal”, veículo amplamente utilizado no transporte tanto de trabalhadores quanto da produção de laranjas, mas que, em grande parte dos casos, não oferece condições mínimas de segurança.

Esses veículos são fabricados com o desmonte de carros antigos, como modelos Chevette, sendo o chassi reaproveitado na montagem, evidenciando o caráter improvisado e precário do veículo. Nesse contexto, um dos participantes relatou ter sofrido um grave acidente a caminho da colheita, após cair de um chacal que capotou na rodovia, deixando outras onze pessoas feridas. Além disso, foram mencionados outros incidentes, como o caso de um trabalhador que teve um dos olhos perfurado por um galho de laranjeira.



Fonte: Sena, Dourado, Antonioli, 2018.

No que diz respeito ao trabalho infantil, os participantes relataram que sua ocorrência atualmente é pouco percebida nas lavouras, sobretudo em razão da alta recorrência das fiscalizações, especialmente no município de Lagarto. Segundo eles, os proprietários rurais evitam contratar menores de idade justamente por medo das penalidades, e existe até um esquema informal de comunicação que permite aos cabos de turma serem avisados previamente sobre a presença dos fiscais. Nesses momentos, trabalhadores que atuam na informalidade costumam se esconder para evitar autuações, situação que gera indignação entre eles, pois, como afirmou um dos entrevistados, “muitas

vezes a fiscalização chega e a gente tem que se esconder. E nós somos ladrões pra ficar escondido embaixo do capim?”.

Apesar disso, destacou-se que muitos jovens, ao atingirem a maioridade, demonstram desinteresse pelo trabalho agrícola, o que contribui para a escassez de mão de obra. No tocante às questões de gênero, não foram mencionadas situações de discriminação direta, mas chamou atenção o fato de que, devido ao peso médio das caixas de laranja, cerca de 33 kg, as mulheres costumam trabalhar em duplas para transportá-las até o caminhão, já que essa tarefa exige maior esforço físico e pode causar dores na coluna e nas articulações.

Conclusão

As entrevistas demonstram que a citricultura em Sergipe é marcada pela informalidade e pela desigualdade na distribuição dos ganhos. Enquanto os catadores recebem apenas pelas caixas coletadas, os cabos de turma são remunerados por tonelada, o que reforça uma diferença significativa no repasse dos valores e na própria estrutura de poder dentro da cadeia produtiva. A resistência dos trabalhadores à formalização não decorre de uma rejeição aos direitos trabalhistas, mas de fatores que os pressionam a permanecer na informalidade, como o receio de prejuízos à aposentadoria, o entendimento de que os turmeiros não teriam condições de arcar com encargos e a necessidade de atuar simultaneamente em diferentes propriedades.

Diante desse cenário, as reivindicações apresentadas são claras e revelam necessidades básicas ainda não atendidas, como o transporte seguro, maior remuneração por caixa, fornecimento adequado de EPIs e acesso a banheiros. Os trabalhadores se percebem desamparados tanto pelos intermediários quanto pelos grandes produtores, os quais não oferecem infraestrutura básica nas frentes de trabalho, e pelo poder público, uma vez que sua atuação é mencionada como insuficiente, seja pela falta de fiscalização efetiva sobre as condições de trabalho, seja pela oferta vista como limitada de programas de apoio. Assim, fica evidente a necessidade de fortalecer a organização coletiva e de ampliar o diálogo com as instituições responsáveis, de modo a garantir condições dignas de trabalho e reduzir a precarização que hoje caracteriza a cadeia produtiva da laranja no estado.

SÃO PAULO

As entrevistas com os trabalhadores do estado de São Paulo ocorreram em duas modalidades. A primeira consistiu em entrevistas presenciais, realizadas nos moldes

adotados nos demais estados pesquisados. Para tanto, no dia 27 de fevereiro de 2026, a equipe da CTETP-UFMG deslocou-se até o município de Ibaté, localizado no interior paulista e reconhecido por sua relevância na citricultura nacional, onde foram entrevistados vinte trabalhadores vinculados à cadeia produtiva da laranja. A segunda modalidade correspondeu à realização de entrevistas à distância. Nessa etapa, duas trabalhadoras foram ouvidas por meio de ligação telefônica, sendo elas residentes nos municípios de Santa Cruz das Palmeiras e São Sebastião da Grama.

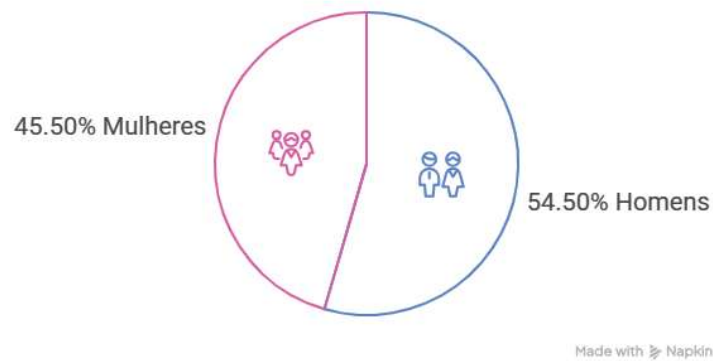


Foto: Ibaté. 27/02/2026

Inserção e informalidade

O grupo de 22 entrevistados apresenta um perfil demográfico composto majoritariamente por homens (54,5%) em plena idade produtiva, com média de 43 anos. Em relação à escolaridade, observa-se um baixo nível educacional entre os trabalhadores: mais da metade (54,5%) cursou apenas até a 5ª série do ensino fundamental, enquanto apenas 13,6% concluíram o ensino médio. Quanto à experiência no setor, os participantes apresentam, em média, seis anos de atuação na citricultura.

Distribuição de Gênero dos Entrevistados



A inserção laboral de todos os entrevistados ocorre de forma informal, mediada pela figura do turmeiro, responsável por reunir as equipes e indicar as propriedades rurais nas quais o trabalho será realizado. Nesse sentido, não há qualquer tipo de formalização da relação de trabalho: os trabalhadores atuam sem contrato, sem registro em carteira e sem qualquer tipo de vínculo empregatício formal com a fazenda. Além disso, a figura central do turmeiro atua não apenas como intermediário local, mas como o articulador de fluxos migratórios, como demonstra o caso de uma entrevistada que se deslocou do Ceará para São Paulo sob a oferta de trabalho na colheita.

Inserção Laboral Informal



Quanto à formalização da relação de trabalho, observou-se uma divisão entre os entrevistados. Metade dos trabalhadores (11 pessoas) afirmou preferir a formalização do vínculo, com registro em carteira, sobretudo em razão das garantias associadas ao trabalho

formal, como a possibilidade de acesso a benefícios em caso de acidentes e a contribuição para a aposentadoria. A outra metade, por sua vez, declarou preferir permanecer na informalidade, por entender que, nessas condições, é possível obter uma remuneração maior.

Nesse sentido, uma das trabalhadoras entrevistadas atuava simultaneamente em duas atividades agrícolas: na colheita da laranja e na colheita de cebola, estando formalmente registrada apenas nesta última. Afirmou, não possuir interesse em formalizar o trabalho na citricultura, uma vez que permanece por curtos períodos em cada propriedade, mudando de fazenda aproximadamente a cada quinze dias. A trabalhadora explicou que a colheita da laranja é uma atividade rápida e sazonal, razão pela qual a considera apenas como uma fonte complementar de renda. Assim, prefere permanecer na informalidade nessa atividade, pois, recebendo por diária, entende que consegue obter um ganho maior.



Foto: Ibaté. 27/02/2026

Organização da produção e jornada

Os trabalhadores entrevistados em Ibaté relataram que a remuneração ocorre pela combinação de diária e produção, de modo que o valor final depende da quantidade colhida. A diária foi indicada no valor de R\$120,00 e cada “bag”, sacola utilizada para acondicionar as caixas de laranja, corresponde a R\$60,00. Em média, os trabalhadores colhem de três a quatro bags por dia. Nessas situações, recebem cerca de R\$200,00 pela produção, acrescidos de meia diária, no valor de R\$60,00, totalizando aproximadamente

R\$260,00. Também foi mencionado que, quando a quantidade colhida é elevada, o pagamento ocorre apenas por produção, sem o acréscimo da diária.

Em contraste, as trabalhadoras entrevistadas remotamente informaram receber exclusivamente por produção, com repasses quinzenais. Nesse modelo, o valor é de R\$3,00 por caixa com aproximadamente 25 kg de laranjas, sem a garantia de um piso fixo por dia trabalhado.

Quanto ao perfil das unidades produtivas, a grande maioria dos entrevistados (90,9%) atua em propriedades de pequeno porte, com cerca de 200 hectares dedicados exclusivamente à citricultura. Apenas uma parcela reduzida (9,1%) declarou prestar serviços a grandes propriedades.

O acesso a benefícios extras é praticamente inexistente, entre os 22 entrevistados, apenas um recebe vale-alimentação, no valor de R\$400,00. Nota-se, porém, o uso frequente do seguro-desemprego de vínculos formais anteriores como uma forma de complementar a renda obtida na informalidade da colheita da laranja.

A rotina no campo estende-se, em regra, das 7h às 15h, com uma hora de intervalo para almoço. Além disso, não há controle de ponto, sendo a jornada regulada na prática pelo tempo necessário para a conclusão da colheita e pelo ritmo estabelecido pelas equipes



Saúde, segurança e fiscalização

As condições de trabalho relatadas revelam cenários distintos quanto ao suporte básico oferecido no campo. O grupo de trabalhadores de Ibaté informou possuir acesso à água e receber Equipamentos de Proteção Individual (EPI), como perneiras, luvas, botas e telas de proteção facial. Nesses casos, há inclusive fiscalização do uso desses itens por profissionais responsáveis. Entretanto, como não existem locais adequados para as

refeições, os trabalhadores precisam levar marmitas de casa e se alimentar no próprio local da colheita.



Em contrapartida, as trabalhadoras entrevistadas remotamente descreveram uma situação de maior precariedade. Elas precisam providenciar a própria água e alimentação, além de não utilizarem qualquer tipo de Equipamento de Proteção Individual (EPI) nem terem acesso a banheiros nas frentes de trabalho. Um ponto comum entre os relatos é a percepção de que as condições práticas do serviço não se alteram com a formalização do vínculo. Para os trabalhadores, o ambiente de trabalho e os riscos permanecem os mesmos, com ou sem o registro em carteira.

Quanto à organização do ambiente de trabalho, os entrevistados afirmaram que não há discriminação de gênero nem presença de menores trabalhando nas fazendas, sendo relatado que homens e mulheres desempenham as mesmas funções de forma equivalente. Em situações de problemas ou conflitos, a principal figura de referência é o turmeiro, responsável por intermediar as demandas do grupo. Esse arranjo evidencia que o contato dos trabalhadores ocorre predominantemente com esse intermediário e não há interação direta com os proprietários das fazendas.

Por fim, quanto às recomendações e percepções sobre o trabalho, os entrevistados indicaram que a remuneração poderia ser melhor, especialmente com o aumento do valor pago por caixa colhida. Ainda assim, de modo geral, avaliaram as condições de trabalho como boas. Quando questionados sobre os fatores que dificultam a formalização do vínculo, os trabalhadores mencionaram os descontos realizados pelo governo sobre o salário, considerados elevados.

Conclusão

Assim, a análise dos relatos demonstra que a informalidade constitui elemento central na organização do trabalho na citricultura. A presença do turmeiro como principal intermediador das relações de trabalho evidencia um modelo em que a contratação ocorre sem vínculo direto entre trabalhadores e proprietários das fazendas, o que resulta na ausência de contrato, registro em carteira e demais garantias trabalhistas.

Os dados também indicam que a permanência nesse modelo é influenciada por diferentes fatores sociais e econômicos. Parte dos trabalhadores reconhece as vantagens da formalização, especialmente no que se refere à segurança em caso de acidentes e à contribuição para a aposentadoria. Contudo, outra parcela manifesta preferência pela informalidade, associando o trabalho sem registro à possibilidade de obter rendimentos mais elevados no curto prazo. A percepção de que os descontos do trabalho formal reduzem significativamente a renda líquida reforça essa escolha.

Além disso, características próprias da atividade agrícola, como a sazonalidade da colheita e a constante mobilidade entre propriedades, contribuem para a manutenção desse padrão de inserção laboral. Nesse contexto, a citricultura pode ser percebida como uma atividade temporária ou complementar de renda, o que reduz o incentivo à formalização do vínculo.

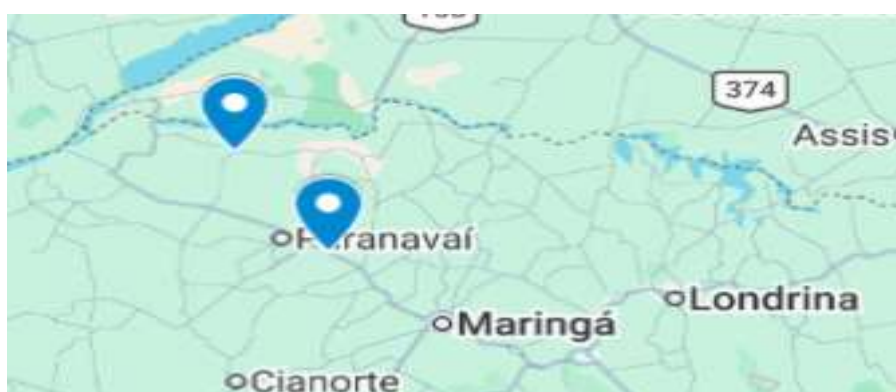
Dessa forma, a informalidade observada na cadeia produtiva da laranja não se limita à ausência de registro formal, mas reflete um modo recorrente de organização do trabalho no setor, sustentado pela intermediação do turmeiro, pelas características da própria atividade agrícola e pelas escolhas econômicas feitas pelos trabalhadores diante das oportunidades disponíveis no mercado de trabalho rural.



Foto: Ibaté. 27/02/2026

PARANÁ

O grupo focal no estado do Paraná foi realizado exclusivamente de forma remota, como estratégia necessária para viabilizar sua inclusão na pesquisa. Inicialmente, foi estabelecido contato com 12 trabalhadores. Contudo, parte dos participantes não atendeu às tentativas de contato e 1 dos trabalhadores desistiu de prosseguir com a entrevista, de modo que o número final de entrevistados totalizou 4 participantes. Destes, 3 eram da cidade de Alto Paraná e 1 da cidade de Terra Rica. As entrevistas foram realizadas no período de 31/03/2026 a 08/04/2026, por meio de ligações telefônicas entre os pesquisadores e os participantes, seguindo rigorosamente o mesmo roteiro estruturado aplicado nos demais estados, a fim de assegurar a padronização metodológica e a comparabilidade dos dados coletados.



Inserção e informalidade

O grupo de participantes apresentou uma composição predominantemente feminina (3 mulheres e 1 homem) destacando-se pelo nível de instrução uniforme de ensino médio completo, dado que diverge do cenário observado nos outros estados. Quanto ao tempo de atuação na citricultura, verificou-se uma média de 7,5 anos e em relação à estrutura familiar, identificou-se uma média de 3 dependentes por trabalhador, com uma amplitude que variou de 2 a 5 dependentes da renda gerada pela atividade.

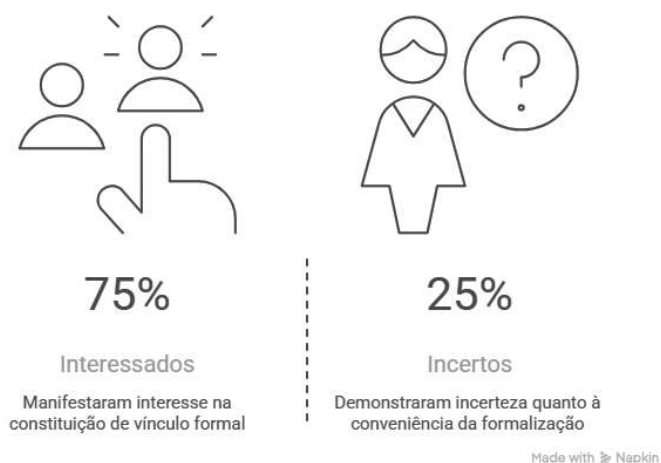


A inserção laboral dos participantes ocorre predominantemente de forma informal. Observou-se que, em 50% dos casos, o acesso ao trabalho se deu por meio de intermediários (“gatos”), enquanto, nos demais, a inserção ocorreu por indicações informais de pessoas conhecidas, evidenciando um padrão baseado em redes pessoais e comunicação “boca a boca”.

Todos os entrevistados relataram trajetórias marcadas pela informalidade no setor citrícola, com recorrente ausência de registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) por parte dos empregadores. Observa-se, ainda, que os trabalhadores atuam em múltiplas propriedades rurais, por vezes de um mesmo proprietário, caracterizando uma dinâmica de trabalho com vínculos simultâneos.

No que se refere à percepção sobre a formalização, três participantes manifestaram interesse na constituição de vínculo formal, destacando, sobretudo, a importância dos benefícios associados, especialmente em situações de acidente de trabalho, o que lhes proporcionaria maior segurança. Por outro lado, uma das entrevistadas demonstrou incerteza quanto à conveniência da formalização, em razão do caráter sazonal da atividade, marcada por períodos relativamente curtos de colheita.

Interesse na formalização



Adicionalmente, uma participante relatou já ter atuado como Microempreendedora Individual (MEI). De modo geral, os trabalhadores indicaram atuar simultaneamente em diferentes propriedades rurais, por vezes vinculadas a um mesmo proprietário, o que revela uma organização do trabalho marcada pela multiplicidade de vínculos e pela prestação de serviços a diferentes empregadores.

Organização da produção e jornada

Em relação à organização da produção, todos os trabalhadores afirmaram ser remunerados por produção, com cálculo realizado por unidade de caixa ou por “bag”. Nesse contexto, observou-se que o valor recebido varia de acordo com a qualidade da laranja colhida. Além disso, quanto à periodicidade dos pagamentos, identificaram-se diferentes práticas, podendo ocorrer de forma semanal, quinzenal ou mensal. Por outro lado, nenhum dos participantes relatou o recebimento de vales ou benefícios adicionais.

No que diz respeito a programas de transferência de renda, uma trabalhadora afirmou ser beneficiária do Programa Bolsa Família, outra relatou já ter recebido o benefício anteriormente, mas não no momento atual, enquanto os demais participantes informaram não ser beneficiários.

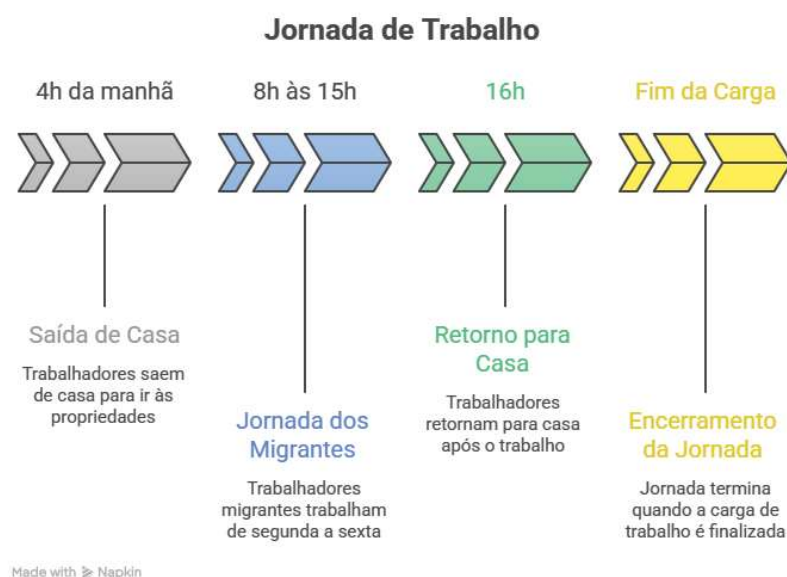
Beneficiários do Bolsa Família



Made with Napkin

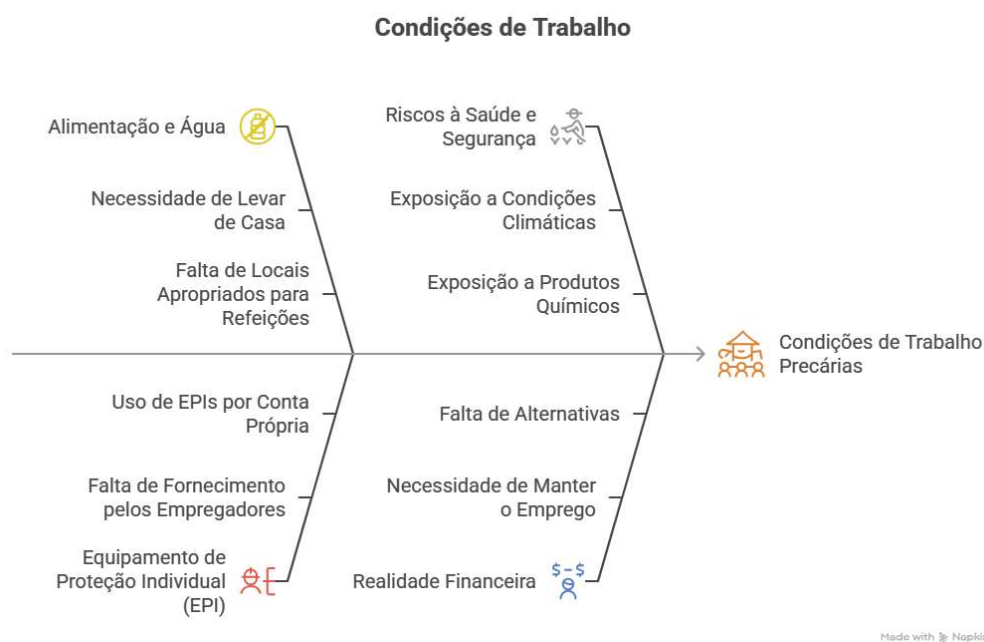
Quanto ao perfil das unidades produtivas, a maioria dos entrevistados relatou atuar predominantemente em propriedades de médio a grande porte. Uma das trabalhadoras destacou, contudo, que sua experiência varia significativamente, incluindo também a atuação em diferentes tipos de propriedades.

A jornada dos trabalhadores começa ainda nas primeiras horas do dia, os participantes relataram sair de casa por volta das 4h da manhã para ir às propriedades e retornam a partir das 16h. Afirmaram que não possuem jornada fixa, pois ela varia conforme a demanda, encerrando-se apenas quando a “carga” é finalizada, o que evidencia o caráter informal e dinâmico do setor.



Saúde, segurança e fiscalização

As condições de trabalho relatadas foram precárias. De acordo com os participantes, é necessário levar água e alimentação de casa, além de não haver locais apropriados para a realização das refeições, sendo comum que se alimentem sob as laranjeiras. Em relação ao uso de EPIs, o cenário também é de precariedade: os empregadores não fornecem os equipamentos de proteção individual, de modo que os trabalhadores precisam levá-los por conta própria e, quando não os possuem, exercem suas atividades sem proteção, ficando expostos a riscos à saúde e à segurança. Os trabalhadores relataram que já cogitaram desistir da atividade em razão dessas condições, mas permanecem nela em virtude de sua realidade financeira.



Os acidentes de trabalho são recorrentes no setor, com destaque para as quedas de escadas, vivenciadas por três dos quatro participantes entrevistados, sem que tenha havido qualquer providência ou assistência por parte dos empregadores. Em um dos casos, o acidente resultou em lesão na coluna, com dores persistentes e necessidade de afastamento do serviço. Além disso, um participante indicou ter desenvolvido lesão no ombro em razão do esforço físico exigido pela atividade. Observa-se, assim, que todos os participantes sofreram algum tipo de acidente ou adoecimento relacionado ao trabalho.



A participação de menores na colheita foi mencionada, embora indiquem que a prática não é muito comum. Segundo os relatos, isso se deve tanto ao receio dos “gatos” frente às fiscalizações quanto à percepção de que os jovens não suportam o esforço físico exigido pela atividade. Nesse sentido, uma participante relatou já ter presenciado uma fiscalização, ocasião em que os proprietários pediam para que trabalhadores em situação de informalidade se escondessem.

Os participantes afirmaram não realizar a aplicação de agrotóxicos. No entanto, uma das trabalhadoras relatou que, embora nunca tenha realizado a aplicação, já teve contato com o “rastros” dessas substâncias. Conforme relatado, os empregadores não observam os cuidados necessários durante a aplicação, o que faz com que, ocasionalmente, trabalhadores da colheita entrem em contato com resíduos decorrentes desse processo.

Em relação à dinâmica laboral, todos os trabalhadores mencionaram que homens e mulheres realizam as mesmas tarefas. Quanto à discriminação, uma trabalhadora relatou já ter ouvido comentários preconceituosos em razão de ser mulher, embora tenha destacado que tais situações não são recorrentes.

Assim, como recomendações e percepções sobre o trabalho, os participantes apontaram, de forma geral, para a necessidade de melhorias nas condições laborais, especialmente no que se refere ao fornecimento de água, à disponibilização de equipamentos de proteção individual e à redução da jornada de trabalho. Além disso, os relatos indicam um cenário de baixa expectativa quanto à regularização dos vínculos, diante da resistência dos empregadores em promover a formalização do trabalho.

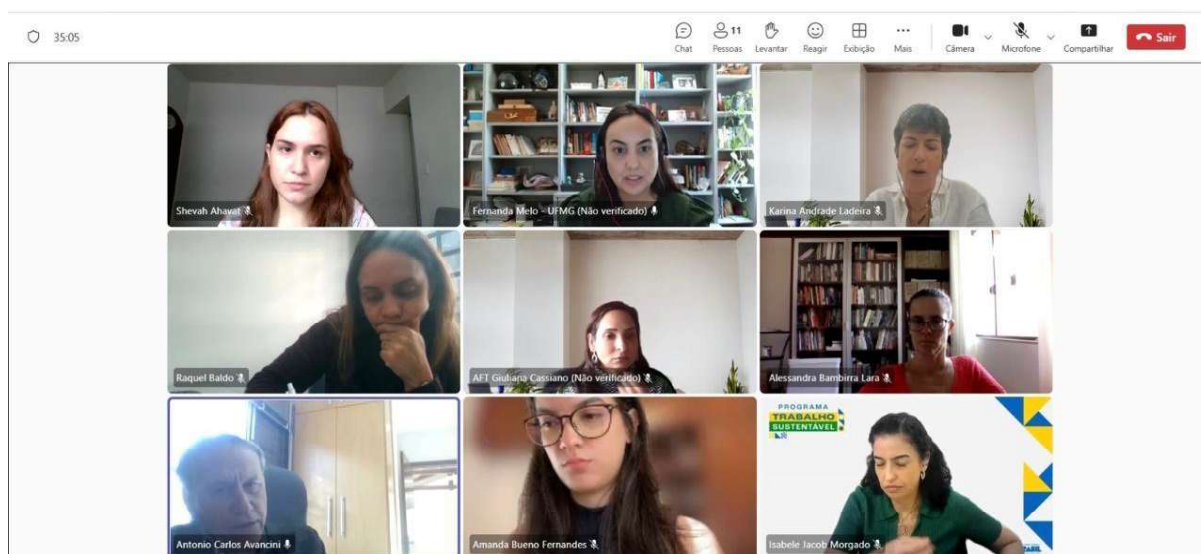
Conclusão

A análise da citricultura no estado do Paraná revela uma realidade laboral marcada por um contraste entre o perfil educacional dos trabalhadores e a precariedade estrutural de suas condições de trabalho. Diferente do observado na Bahia e no Sergipe, onde predominam baixos índices de escolaridade e analfabetismo funcional, a amostra paranaense apresentou nível de instrução uniforme de ensino médio completo. Contudo, a maior qualificação formal não se traduziu em melhores vínculos contratuais, uma vez que a informalidade permaneceu como o eixo central da organização produtiva, mediada por gatos ou indicações “boca a boca” que resultam na ausência de registro em carteira e na multiplicidade de vínculos simultâneos em diferentes propriedades. Esse cenário distanciou a análise do Paraná da relativa formalização encontrada em Minas Gerais, onde a presença de grandes empresas exportadoras e certificações tende a reduzir o número de vínculos informais.

As condições de saúde e segurança no Paraná revelaram um cenário de vulnerabilidade, com o trabalhador assumindo integralmente os riscos e custos da atividade. Os relatos apontaram que os empregadores não fornecem equipamentos de proteção, obrigando os trabalhadores a adquiri-los por conta própria ou atuar sem eles. A precariedade relatada estende-se à alimentação e hidratação, com trabalhadores sendo forçados a levar suas próprias provisões e realizarem refeições sem infraestrutura básica. Esse cenário de desassistência reflete-se em índices alarmantes de acidentes de trabalho, resultando em lesões graves sem qualquer providência por parte dos empregadores. Em uma das entrevistas realizadas, a trabalhadora nos contou ter caído de uma escada quebrada entregue pelo empregador, que não ofereceu nenhuma assistência depois do ocorrido. Ela relatou sofrer com dores advindas dessa queda até a data da entrevista, meses depois do ocorrido.

Em suma, a realidade paranaense, apesar de ter algumas particularidades em relação aos demais estados pesquisados, reafirma que, na base da cadeia da laranja, a insegurança do trabalhador garante a lucratividade do setor.

Grupo Focal com Auditores Fiscais do Trabalho



Em reunião virtual realizada no dia 12/08/2025, participaram sete Auditores Fiscais do Trabalho⁶ de diferentes regiões do país, os quais forneceram informações importantes acerca da citricultura. As perguntas realizadas pela equipe da pesquisa foram organizadas em eixos temáticos, contemplando as características da cadeia produtiva da laranja, a informalidade no setor, as condições de trabalho, a fiscalização e seus desafios, bem como

⁶ Isabele Morgado, Shakti Prates, Fabíola Oliveira, Alessandra Lara, Antonio Carlos Avancini, Karina Andrade e Giuliana Cassiano.

recomendações e perspectivas futuras. O diálogo com esses agentes foi fundamental para a presente pesquisa, visto que esses profissionais estão inseridos diretamente na fiscalização trabalhista. Suas trajetórias e diagnósticos viabilizaram uma análise qualificada das dinâmicas do setor.

Inicialmente, traçaram uma linha do tempo para demonstrar o desenvolvimento da produção de laranja na região e constataram que desde o início, por volta de 1990, já havia formalidade. Desde então, as grandes empresas tentaram criar cooperativas e condomínios rurais⁷, mas essas iniciativas não vingaram, de modo que se retomou a lógica da contratação nos termos da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), com algumas especificidades da sazonalidade da laranja. Por exemplo, empresas e produtores frequentemente incluem adiantamentos financeiros que são posteriormente abatidos da produção entregue.

Segundo informado, a cultura da laranja é semi-perene, com ciclos de produção que podem durar de 25 a 30 anos. Ainda que a plantação tenha suas próprias demandas (como a aplicação semanal de agrotóxicos), a maior parte da mão de obra é empregada na colheita, a qual é de difícil mecanização. Os trabalhadores já sabem tradicionalmente a época e o local que emprega mais pessoas na colheita, sendo o trabalho frequentemente indicado de “boca a boca” ou mediante o auxílio de “turmeiros” ou de “gatos”, controversos agentes que alocam os trabalhadores segundo seus próprios critérios.

Para atender diferentes safras ao longo do ano, os trabalhadores desenvolvem fluxos migratórios em busca de trabalho em diferentes lugares, considerando inclusive a sazonalidade própria de cada cultura. Embora a migração não seja um problema em si mesma, a constante mudança geográfica dificulta a mobilização dos trabalhadores, favorecendo a sua invisibilidade e dificultando a formação de sindicatos para a defesa de seus interesses, por exemplo.

Tendo em vista que a colheita demanda uma mão de obra mais intensiva que as outras épocas da produção, nesse período há mais fiscalização, ou seja, até a primeira semana de agosto. As demandas para inspeções chegam até mesmo da Polícia Militar, devido a questões de segurança pública, mas por muito tempo o local não foi fiscalizado. Recentemente, no ano de 2025, as fiscalizações constataram situações de péssimas condições de trabalho e de alojamento, inclusive de trabalhadores alojados dentro de ônibus e relatos de trabalhadores vestidos com as próprias sacas. Por outro lado, neste ano houve menos informalidade, possivelmente por causa da diminuição da produção em

⁷ Condomínio de produtores ou rural, neste contexto, refere-se a um arranjo produtivo em que um grupo de produtores se organiza coletivamente, muitas vezes sob estímulo ou mediação de grandes empresas compradoras, para compartilhar recursos, produção e gestão da mão de obra. Esse modelo busca descentralizar responsabilidades trabalhistas e operacionais, que passam a ser do condomínio, não da empresa contratante, que apenas compra o produto final.

virtude da doença “amarelinho”⁸, a qual atingiu a citricultura da região e provocou prejuízos ao setor, demandando menos trabalhadores.

Na maioria das vezes, não é o produtor quem define os parâmetros da colheita, mas as empresas compradoras interessadas, com destaque às três maiores do setor: Citrosuco, LCD e Cutrale. Entretanto, tais empresas exigem prazos curtos e grandes quantidades da fruta, pelo que o pequeno produtor dificilmente consegue arcar com o custo de mão de obra necessária. Por conseguinte, o mercado tende a ser dominado pelos médios e grandes produtores, únicos capazes de atender às agressivas condições impostas pelas empresas.

De modo geral, não há intermediários na negociação entre produtores e empresas⁹ e há um contrato de adiantamento para custear a lavoura com previsão de posterior desconto dos valores produzidos. Para além dos produtores arrendados, diversas empresas também possuem produções próprias, geralmente com emprego formal, mas ainda assim em condições “não tão boas”, isto é, com reiteradas violações aos direitos trabalhistas dos empregados.

Dentre os motivos para a informalidade, tem-se principalmente a crença de que aquele trabalho consiste em “bico” ou “quebra-galho” temporário, contexto que, na visão dos trabalhadores, significa desnecessidade ou impossibilidade de formalização da relação trabalhista, mito que não conduzi com a realidade, haja vista a possibilidade jurídica de contratação somente durante a safra. De igual maneira, há discursos manipuladores que afastam o registro dos trabalhadores ao argumento de que traria prejuízos financeiros, sujaria a carteira e impediria a obtenção de benefícios do Segurado Especial.

Não bastasse, o empregado não deseja que sejam efetuados descontos de seu salário, como ocorre obrigatoriamente o recolhimento de valores que se traduzem em benefícios previdenciários, por exemplo, no caso de trabalhador registrado. Neste ponto, nota-se que a vulnerabilidade do empregado o torna mais imediatista, preferindo receber maior montante naquele momento, ainda que para tanto tenha que abrir mão de direitos trabalhistas e previdenciários, projetados para um momento posterior, mais distante e longínquo no tempo. Por fim, não se pode olvidar a terceirização fraudulenta como forma de mascarar a informalidade e a responsabilidade.

⁸ Nome popular da Huanglongbing (HLB), também chamada de greening, uma doença bacteriana incurável que afeta os citros e é transmitida por um inseto vetor (o psílídeo *Diaphorina citri*). Provoca o amarelamento irregular das folhas, deformações nos frutos e declínio da planta, comprometendo severamente a produção.

⁹ Excepcionalmente, nos “barracões” de laranja, há casos em que o comerciante funciona como intermediário: beneficiamento da laranja *in natura*, isto é, conjunto de procedimentos aplicados à laranja após a colheita com o objetivo de prepará-la para a comercialização (seleção, lavagem, classificação, polimento e embalagem da fruta para venda no mercado). A laranja beneficiada possui custo maior e geralmente é destinada a supermercados.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARMAC. **Colheita de laranja: tudo o que você precisa saber**. 2023. Disponível em: <https://armac.com.br/blog/agronegocio/colheita-de-laranja/>. Acesso em: 11 maio 2025.

BARBOSA, Gabriela Rocha; GITAHY, Leda. **Crise na cadeia produtiva de suco de laranja do estado de São Paulo: mudanças na configuração do trabalho?** Revista ABET, João Pessoa, v. IX, no. 1, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/view/15494/8857>. Acesso em: 10 maio 2025.

BORGES, Bárbara Johann. **Estudo das transações entre produtores e processadores de laranja no Brasil**. 2019. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2019. Disponível em: <https://ppa.uem.br/documentos/109-barbara-johann-borges.pdf>. Acesso em: 11 maio 2025.

BOECHAT, Cassio Arruda. **A questão agrária e a crise da citricultura brasileira**. Teoria e Cultura, Juiz de Fora, v. 10, n. 2, p. 66–84, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12259>. Acesso em: 10 maio 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Radar SIT, Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil**. Brasília, DF, [2023]. Disponível em: <https://sit.trabalho.gov.br/radar/>. Acesso em: 20 abr. 2025.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 572, de 14 de março de 2022**. Cria a lei marco nacional sobre Direitos Humanos e Empresas e estabelece diretrizes para a promoção de políticas públicas no tema. Brasília, DF: Presidência da República, 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2317904>. Acesso em: 20 abr. 2025.

CANAL RURAL. **A citricultura brasileira impulsiona geração de empregos em 2023**. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/agricultura/citricultura-brasileira-impulsiona-geracao-de-empregos-em-2023>. Acesso em: 20 abr. 2025.

CENTRO DE PRODUÇÕES TÉCNICAS. **Quer plantar e cultivar laranja? Confira dicas imperdíveis!** Belo Horizonte, 2025. Disponível em: <https://www.cpt.com.br/cursos-fruticultura-agricultura/artigos/quer-plantar-e-cultivar-laranja-confira-dicas-imperdiveis>. Acesso em: 11 maio 2025.

CNN BRASIL. *Entenda o tarifaço de Trump sobre Brasil e como impacta a economia*. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/entenda-o-tarifaco-de-trump-sobre-brasil-e-como-impacta-a-economia/>. Acesso em: 20 nov. 2025.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL. **Clima de Mato Grosso do Sul é propício para plantação de laranja**. Disponível em:

<https://cnabrazil.org.br/noticias/clima-de-mato-grosso-do-sul-e-propicio-para-plantacao-de-laranja>. Acesso em: 11 maio 2025.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL. **CNA debate desafios da colheita mecanizada nas lavouras de citros**. 2023. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/noticias/cna-debate-desafios-da-colheita-mecanizada-nas-lavouras-de-citros>. Acesso em: 11 maio 2025.

CROPLIFE BRASIL. **Produção de laranjas: Brasil é líder nesse negócio**. 2023. Disponível em: <https://croplifebrasil.org/producao-de-laranjas-brasil-e-lider-nesse-negocio/>. Acesso em: 11 de Maio 2025.

EMBRAPA. **Cultura dos citros: laranja, tangerina e limão**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2013.

EMBRAPA. **Importância da cultura dos citros no Nordeste**. Disponível em: <https://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Citros/CitrosNordeste/importancia.htm>. Acesso em: 20 abr. 2025.

EMBRAPA. Mercado. In: **Citros para pequenos produtores do Nordeste**. Disponível em: <https://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Citros/CitrosNEPequenosProdutores/mercado.htm>. Acesso em: 11 mai. 2025.

ESCRAVO NEM PENSAR. **Laranja e trabalho escravo**. Disponível em: <https://escravonempensar.org.br/educarb/18-laranja-e-trabalho-escravo/>. Acesso em: 11 mai 2025

ESCRAVO NEM PENSAR. **Produção de laranja no Brasil é marcada por trabalho escravo**. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/enp-educarb/producao-de-laranja-no-brasil-e-marcada-por-trabalho-escravo/>. Acesso em: 20 maio 2025

ESTADÃO. **Quais são os tipos de laranja e regiões produtoras no Brasil**. Summit Agro. Disponível em: <https://agro.estadao.com.br/summit-agro/quais-sao-os-tipos-de-laranja-e-regioes-produtoras-no-brasil>. Acesso em: 20 abr. 2025.

FERNANDES, Bruno Campos. **Desenvolvimento histórico da citricultura**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Agronomia) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Botucatu, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/64a23875-5e92-4caa-809a-017abb2040a7/content>. Acesso em: 10 maio 2025.

FUNDACENTRO. **Citricultura sergipana: saúde e segurança do trabalho na produção de laranja em pequenas propriedades rurais**. Aracaju: Fundacentro, 2024.

GIOVANAZ, V.; PINHO, A. M.; CASARA, R. A. **Investigação de cadeias produtivas**. São Paulo: Editora Tiradentes, 2024.

TROPFRUIT. **Produtos e subprodutos da indústria de citros**. 2025. Disponível em: <https://www.tropfruit.com.br/produtos-citros>. Acesso em: 11 maio 2025.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **CNJ entrega prêmio ao TJMG por projeto voltado aos povos originários**. Belo Horizonte, 9 abr. 2024. Atualizado em: 10 abr. 2024. Disponível em: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/cnj-entrega-premio-ao-tjmg-por-projeto-voltado-aos-povos-originarios.htm>. Acesso em: 20 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS). **Suco de laranja: formas de processamento**. 2025. Disponível em: https://www.ufrgs.br/alimentus1/feira/mpfruta/laranja/mp_sucos.htm. Acesso em: 11 maio 2025.

WALK FREE FOUNDATION. **The Global Slavery Index**. 2023. Disponível em: <https://cdn.walkfree.org/content/uploads/2023/05/17114737/Global-Slavery-Index-2023.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2025.

ZULLIAN, Aline; DORR, Andréa Cristina; ALMEIDA, Sabrina Cantarelli. **Citricultura e agronegócio cooperativo no Brasil**. Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental, Santa Maria, v. 7, n. 7, p. 1292–1304, 2013.